

Drogas: Clínica e Cultura



Toxicomanias
Uma abordagem
psicanalítica

Alba Riva Brito de Almeida



EDUFPA
CETÁQUILA



Toxicomanias

Uma abordagem psicanalítica



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida-Filho

Vice-Reitor

Francisco José Gomes Mesquita

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Alberto Brum Novaes

Suplentes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Cleise Furtado Mendes

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq
Com o apoio do CADCT/Seplantec, Governo do Estado da Bahia

Alba Riva Brito de Almeida

Toxicomanias

Uma abordagem psicanalítica



Drogas: Clínica e Cultura
CETAD/UFBA
Salvador, 2010

©2010 by Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - CETAD/UFBA
Direitos para essa edição, cedidos à Editora da Universidade Federal da
Bahia. Feito o depósito legal.

Projeto Gráfico da Coleção e Capa
Yure Aziz e Karime Salomão

Editoração Eletrônica e Arte Final da Capa
Rodrigo Oyarzábal Schlabitx

Revisão de Textos
Vanda Bastos

Sistema de Bibliotecas

Almeida, Alba Riva Brito de.
Toxicomanias : uma abordagem psicanalítica / Alba Riva Brito de
Almeida. - Salvador : EDUFBA : CETAD/UFBA, 2010.
138 p. - (Drogas : Clínica e Cultura)

ISBN 978-85-232-0703-8

1. Toxicomania. 2. Toxicômanos. 3. Psicanálise. I. Centro de
Estudos e Terapia do Abuso de Drogas. II. Título. III. Série.

CDD - 362.293

Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - CETAD/UFBA
Serviço de Saúde Especializada da Faculdade de Medicina da UFBA
Rua Pedro Lessa, 123 – Canela, CEP: 40110-050 – Salvador - BA
Tels: (71) 3336-5341 e 3336-3322
E-mail: cetad@ufba.br
cetad.observa@ufba.br

Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA/UFBA
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina, CEP: 40 170-115 – Salvador-
BA Tel/fax: (71)3283-6164, www.edufba.ufba.br. E-mail: edufba@ufba.br

A LUCA,
sempre.

AGRADECIMENTOS

À Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), pela parceria na edição e publicação deste livro.

Ao CETAD/UFBA, pela possibilidade de escutar e aprender sobre a clínica das toxicomanias.

Aos alunos, que sinalizaram positivamente na direção desta publicação.

A Luiz Alberto Tavares, pela acolhida e disponibilidade na leitura deste trabalho.

*Não pode haver ausência de boca nas
palavras: nenhuma fique desamparada
do ser que a revelou.*

(Manoel de Barros, Livro sobre Nada)

Tributo a Manoel de Barros

*Reconhecer o desejo não acostumado
é semelhante a monumental nossos
pedaços de nada e imiscuir-se
no leito das palavras que,
por sua própria sabedoria,
garimpam pedras, folhas, flores,
peixes... e disso constróem
corpo e pensamento.*

Sumário

Apresentação	13
Prefácio	15
Introdução	19

CAPÍTULO I DO OUTRO

Do Outro consistente ao Outro inexistente	33
Gozo definido por sua relação ao outro: A alienação	44
O fantasma do toxicômano	52
A separação	52
Toxicomania: Uma versão do pai	56
O laço social do toxicômano	60
O toxicômano na perspectiva das identificações	63

CAPÍTULO II DO GOZO

Etimologia do conceito de gozo	69
Breve revisão histórica do percurso da acepção de gozo na obra de Freud	69
Principais eixos da teoria do gozo em Lacan	72
O termo desejo em sua articulação ao gozo	76
A abordagem do conceito de gozo como função de linguagem	78

Significante e gozo: Conexão ou disjunção?	80
Compulsão à repetição e ato significativo	81
A questão da satisfação pulsional nas toxicomanias	85
Articulação do conceito de gozo nos registros imaginário, simbólico e real	87
O mais-de-gozar	101

CAPÍTULO III DO OBJETO

As configurações do objeto mediadas pelo gozo	109
O objeto como real	109
A posição imaginária do objeto	113
O objeto no campo do simbólico	116
O objeto da pulsão parcial e o "objeto total" do toxicômano	118
Considerações finais	121
Referências	129

Apresentação

Este trabalho brotou da experiência clínica com pacientes que abusam de drogas atendidos em uma instituição pública de atenção a usuários de drogas e seus familiares, cuja ênfase na pesquisa multidisciplinar cavou a possibilidade de, também, a psicanálise - e, particularmente, a pesquisa em psicanálise - dar o seu testemunho e contribuição.

A escuta psicanalítica dos pacientes atendidos nessa instituição norteou o exame e a escolha dos conceitos na construção do edifício teórico pertinente à abordagem a que nos propomos, tendo o analista a dupla função de favorecer os avanços teóricos suscitados pela pesquisa, ao tempo em que se oferece como suporte transferencial para o desenrolar da cena inconsciente aprisionada pela droga.

Assim, explicitamos que nos referimos aos pacientes em tratamento ou prestes a serem encaminhados para o atendimento psicanalítico. A direção do tratamento é colocada sob uma vertente que privilegia os momentos clínicos em detrimento da busca de métodos, *a priori*, mais “eficazes” ou da adaptação aos modelos institucionais. A recorrente pergunta, *o que pode a psicanálise?* ganha, aqui, seu estatuto, na medida em que o psicanalista enfrenta, também com o toxicômano, o desafio de fazê-lo encontrar um lugar no dispositivo analítico a respeito do qual nada se pode preconceber. O ato analítico, como a-posta, encontra nas toxicomanias seu terreno mais fértil.

Vale ressaltar que o toxicômano de que falamos não é aquele apreendido unicamente a partir das imagens pictóricas dos guetos marginais. Falamos também daqueles sujeitos em vias de construção de uma “demanda de demanda de tratamento”, além do próprio “tratamento da demanda” (FREDA, 1989), o que implica em analisar a natureza da demanda e observar como ela se articula, considerando o analista um parceiro particular que faz promessas de outras coisas, sem garantias nem cumplicidades: se ele toma a droga, que possa vir a tomar o analista em uma nova versão, ou seja, como um parceiro que sinaliza que o Outro¹ não existe.

Nesse percurso, descobrimos que a clínica das toxicomanias nos convoca a buscar, no sentido da verificação de uma certa pluralidade e generalidade de enodamentos do sujeito ao Outro, teorizações mais elásticas, inclusive as que se legitimam nos campos de atuação do psicanalista, principalmente, nas instituições que aliam atendimento e pesquisa.

Esclarecendo melhor: é, sobretudo, no cerne das instituições que a pesquisa em intensão (voltada para os conceitos e seus fundamentos) e em extensão (realizada através dos enlaces com outros campos do saber) confere à psicanálise o nítido estatuto de uma prática em que a inequívoca coabitação entre teoria e prática instiga à constante releitura da teoria a partir daquilo que a clínica fomenta.

A trilha teórica a ser seguida contempla autores que se dedicam ao tema da toxicomania, além de privilegiar o mapeamento, nas obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan, dos conceitos referenciais selecionados para o artesanato do trabalho.

Esperamos que os resultados deste estudo contribuam para a ampliação dos debates acerca das questões pertinentes ao campo das toxicomanias, campo extremamente vasto e instigante e de uma atualidade inquietante, principalmente para aqueles que se dedicam à clínica sob orientação psicanalítica.

Prefácio

É com grande satisfação que acolhemos o livro de Alba Riva Brito de Almeida intitulado ***TOXICOMANIAS: uma abordagem psicanalítica*** dentre as publicações organizadas pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA), em parceria com a Editora da UFBA (EDUFBA).

O percurso traçado pela autora nesse texto nos revela a complexidade que envolve o tema das toxicomanias. Na prática clínica, essa complexidade se manifesta no desafio de articular uma abordagem singular, instigante e de difícil manejo, com a teoria psicanalítica, que não cessa de nos interrogar e provocar novas elaborações.

Alba Riva tece os fios da teoria a partir dos ensinamentos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, e da referência a outros psicanalistas que se dedicaram ao tema. Ao fazer a travessia da teoria à clínica, não se atém a um modelo previamente definido, mas, ao contrário, toma a pergunta: *o que pode a psicanálise?* para respondê-la através da sua experiência clínica e de ensino, como psicanalista, numa instituição para usuários de drogas. Assim, aos poucos, o tecido do texto cria contornos, faz novos desenhos, e impulsiona a clínica psicanalítica para um limiar em que a autora coloca algo de seu.

O texto de Alba Riva faz um recorte na análise das toxicomanias ao situar a posição psíquica do toxicômano, frente às exigências de gozo a que se encontra submetida, no ato de drogar-se, de modo incessante e repetitivo. Ao mesmo tempo em que tenta cernir uma certa especificidade na relação do toxicômano

com a droga, aponta para a pluralidade e generalidade de enodamentos do sujeito ao Outro, que a clínica das toxicomanias nos convoca a verificar.

Alba Riva inicia seu livro ressaltando a inexistência de uma categoria nosográfica específica para o ato toxicômano, e usa como referência a noção de sujeito do inconsciente, distinguindo-o do sujeito sociológico, filosófico ou psiquiátrico. Nessa direção, ao usar a expressão *realidade psíquica*, alude a uma temporalidade própria a cada sujeito e investiga o toxicômano na sua singularidade, escapando das generalizações.

O livro se estrutura em três capítulos em que a autora toma como elementos referenciais os conceitos de Outro, gozo e objeto para a Psicanálise.

Alba Riva se apoia no fundamento lacaniano do Outro, para defini-lo como um campo constituído pelo ato de nossa enunciação. Assim o Outro como lei - não só como código - está na alienação do sujeito à linguagem. Dessa forma ela assinala a função Nome-do-Pai, que, como herdeira do Complexo de Édipo, coloca o Outro como lugar das trocas significantes, devendo o falo funcionar como o significante da castração e comparecer sempre sob a forma de uma falta. O rompimento com o falo, característico do ato toxicomaniaco, para além da ruptura com a dialética do desejo, revela uma outra ordenação, em que o Nome-do-Pai não aparece mais como legitimador. Diz a autora “*a não consumação daquele casamento com o falo impõe, ao toxicômano, um outro tipo de ordenação, de ponto de capitoné, de grampeamento ao Outro*”.

Tomando os movimentos de alienação e separação, próprios da constituição do sujeito do inconsciente, a autora chama a atenção para a inconsistência desse Outro e da concepção do toxicômano de que é possível formalizar uma unidade com o Outro, construindo um modo particular de alienação. O toxicômano faz UM com a droga, evitando a relação sexual e a incidência da castração. Alba Riva formula que a droga revela um defeito na constituição do Outro. Diante da pergunta *O que sou?* ao Outro, a resposta do toxicômano é a droga.

Ao se remeter à prática clínica, a partir do enunciado “eu sou toxicômano”, dito por muitos que buscam atendimento, a autora ressalta que, nessa formulação, o toxicômano tem assegurado, pelo Outro, um lugar de assujeitamento, que o convoca a gozar cada vez mais. É dessa forma que o Outro o faz de coisa para gozar e, nessa captura, o toxicômano transita entre a vida e a morte, como um herói na finda-linha.

Ao referir-se à utilização da droga como uma suplência da função Nome-do-Pai, a autora articula uma outra ideia. Trata-se aqui de uma relação de substituição do pai pela droga, que lhe possibilitaria afirmar-se no Outro inexistente, permanente recobrimento de sentido, que torna problemática a operação de castração. A versão paterna, assinalada pela toxicomania, faz referência ao fracasso da metáfora paterna em produzir o gozo fálico.

Ao tratar do gozo, Alba Riva discute os principais eixos teóricos desse fundamento em Freud e Lacan pontuando que “*o gozo que nos é acessível está subsumido pelo significante fálico, significante que representa a ausência da relação sexual que faz limite ao gozo, barrando-o. O que se obtém nessa operação é a instituição de uma outra lógica, a do gozo sexual, que é regido pelo predicado fálico.*” Dessa forma ela formula a pergunta: como conceber, na clínica das toxicomanias, a imbricação do significante com o gozo? Indica que a abordagem das toxicomanias suscita a reflexão acerca da articulação do gozo com o significante, na medida em que fracassa a instauração de uma determinada resposta ao pedido de reconhecimento dirigido ao Outro, vinculado à condição de desamparo de todo o humano. A autora refere que o consumo da droga se insere no campo do gozo, pela via do excesso, colocando-se numa parceria essencial e exclusiva do sujeito, convocando assim à verificação da função de mais-degozar, vinculada à captura do objeto na satisfação pulsional.

O lugar do objeto nas toxicomanias é abordado por Alba Riva, ao aproximar-se da questão da hegemonia dos objetos sobre o

sujeito, anunciada pelo discurso capitalista. O sujeito em posição de objeto, capturado pelo gozo do Outro, passa a se representar pelo modo de gozo que esse objeto atrela. É dessa forma que a autora chama a atenção para a condição imaginária de fascínio do toxicômano diante do brilho desse objeto droga, objeto narcísico e totalizante que encerra uma relação de amor aprisionante e mortífera.

A relevância desse livro está na discussão aprofundada que a autora faz dos fundamentos da psicanálise e dos pressupostos que norteiam a praxis clínica com toxicômanos a partir desse campo teórico. O dispositivo analítico, nessa clínica, é aqui abordado tanto nos seus impasses transferenciais, na formalização da demanda de tratamento, como na dificuldade da constituição de um sintoma que possibilite o trabalho clínico e, sobretudo, na sustentação do desejo do analista, condição essencial para a direção do tratamento.

Ao colocar o seu foco no tema das toxicomanias, Alba Riva nos faz um convite para o exercício da *revisão*, *desmontagem*, e *redefinição de contornos*, tanto do lado da teoria quanto da prática psicanalítica.

Salvador, janeiro de 2010

Luiz Alberto Tavares

Coordenador do Núcleo de Documentação e Produção Editorial

CETAD/UFBA

Introdução

Tem mais presença em mim o que me falta.

(Manoel de Barros, Livro sobre nada)

As toxicomanias têm sido foco de atenção de muitas pesquisas, notadamente daquelas que se esforçam por investigar o laço intrínseco do fenômeno das drogas com a modernidade.

Nos diversos estudos que abordam as toxicomanias, desde a Antropologia até a Medicina, constatamos que a relação do sujeito com as drogas não circunscreve um fenômeno legitimado apenas pelo discurso da contemporaneidade. Desde as antigas civilizações, temos conhecimento do uso das propriedades alucinógenas de algumas substâncias, com finalidades místicas, celebrativas, curativas até. É evidente que, ao termos acesso a tais informações, também verificamos que a modalidade, regularidade e escolha do tóxico estão atreladas a determinados ordenamentos do saber, a leis que, em última instância, respondem por uma lógica particular a cada cultura. Como diz Bucher: “Aí, a droga faz parte de um contexto cultural estrutural (e estruturante) para os seus membros. Ela se insere intencionalmente em projetos sociais cujas normas são transmitidas de gerações a gerações” (1989, p. 20).

Na trilha das pesquisas científicas acerca das propriedades químicas das substâncias psicoativas, encontramos Freud e alguns de seus discípulos, como Glover - este, com uma contribuição pioneira acerca dos chamados *estados-limites* ou *estados-*

transicionais (apud SANTIAGO, 2001, p. 135) -, Gross e Ferenczi. É ilustrativa, nesse período, a tentativa de Freud de empreender uma leitura psicanalítica baseada nas características dos efeitos de algumas substâncias, como, por exemplo, a cocaína.

Certamente, constatamos a incidência de várias formações constituindo uma montagem sobre a toxicomania, tais como a perversão, a melancolia ou os estados maníacos, porém, consideramos como pressuposto a inexistência de uma categoria nosográfica específica para o ato toxicômano, classificação essa mais afeita à querela dos diagnósticos do que à discussão em filigrana da especificidade do sujeito toxicômano.

Se nos debruçarmos sobre os estudos realizados nos mais diversos campos do conhecimento, constataremos que o estatuto da droga sempre caminhou na direção da solução para o mal-estar na civilização, através dos saberes da Psiquiatria, da Psicofarmacologia, da Bioquímica e da Genética. Nos anos 1950, o apogeu da indústria psicofarmacológica moderna configurou um novo reflorescimento do fascínio que esse conhecimento oferecia àqueles que anteviam nos psicotrópicos um alento, ou mesmo a solução cabal, para as infelicidades ou desordens das paixões movidas pelas variações das intensidades psíquicas. Nos anos 1970, assistimos a outro momento importante na consagração das drogas, o movimento *underground*, caracterizado pela recusa ao seguimento dos padrões, revolucionário e explosivo do ponto de vista da criatividade e da busca de novas possibilidades sensoriais propiciadas pelas drogas psicodélicas, numa apologia aos ideais idílicos de beleza e harmonia consigo e com o universo.

Cumpramos ratificar que nos referimos, neste trabalho, ao sujeito do inconsciente, distinto do sujeito sociológico, filosófico ou psiquiátrico, entendendo a expressão *realidade psíquica* como encerrando uma temporalidade própria a cada sujeito, distinta

dos parâmetros cronológicos, desenvolvimentistas ou de realidade empírica. Trata-se, então, de tomar o toxicômano como singularidade, no caso a caso, e não como generalidade.

Entretanto, alguns psicanalistas advertem para o risco de se “instalar a Psicanálise num campo a-histórico” (CHEMAMA, 1997, p. 23), aludido pelo *caráter intemporal do inconsciente* (FREUD, 1969, v. 14, p. 214). Nesse sentido, a tendência a empreender uma disjunção entre o ritmo galopante das transformações sociais dentro de uma sociedade regida pelo saber técnico e o saber do inconsciente merece um cuidadoso exame.

A determinação histórica do sujeito de que trata a psicanálise está fundamentada em uma ordem de discurso e esse discurso é nomeado segundo a forma pela qual um sujeito se acha preso em sua relação ao significante e, ainda, pelo modo como rege a sua relação com o objeto. De fato, para situar o sujeito, quatro termos se fazem necessários:

[...] o sujeito, barrado pelo significante (ele fala sem saber o que o anima inconscientemente em seu discurso); o objeto **a**, que causa seu desejo e os próprios significantes S1 e S2, ao menos para produzir um efeito de sentido pela diferença entre eles. (CHEMAMA, 1997, p. 24).

O discurso do capitalista - última elaboração de Lacan sobre os discursos - rege um modo de laço social em que o consumo, na forma de um sintoma, emerge como solução. No mais além da cooptação da sociedade de consumo sobre o retrato atual do usuário de drogas, referendada pelo capitalismo, não podemos deixar de pontuar o caráter de adesão incontestado, o reducionismo imanente à relação do sujeito ao Outro aqui simbolizado pela cultura. Nessa abordagem, o toxicômano se faz apanágio dessa relação ao Outro, reduzindo a significação da droga ao objeto de consumo, apenas; como diz Birman, “[...] as drogas se transfor-

maram numa indústria poderosa e num comércio afluente. Existem, assim, interesses imensos e incalculáveis inscritos nos circuitos da produção, circulação, distribuição e consumo de drogas” (1998, p. 235).

Para o denominado *Outro do capitalismo*, o toxicômano é capaz de tudo deixar para poder usar mais a droga: ele admite tudo que o Outro lhe diz; é adaptado ao comando do Outro. Aceitar tudo do Outro é fazer-se objeto do gozo perverso desse Outro em um comércio onde, malgrado sua participação como consumidor - que, inclusive, permite operar a indústria rentável da droga -, ele fica excluído da mais-valia. Sob esse aspecto, assistimos ao costumeiro hábito de alguns toxicômanos de terem seus bens e, muitas vezes, os bens de seus familiares dilapidados, assim como de incorrerem na delinquência, na prostituição e em outros atos marginais em prol da aquisição da droga. Por conta disso, temos um sujeito reduzido ao modo de gozo fomentado ou utilizado pelo *Outro do capitalismo* o qual termina por ratificar a sua responsabilidade na ordenação da lei ou da perversão.

A teorização acima se encontra plantada no paradigma do Outro como existente, consistente, como aquele que corrobora o paralelo da estrutura do sujeito com o que responde a ela no social, paralelo esse mediado pela concepção não somente da ausência de toda separação entre o sujeito e o objeto como da prevalência do objeto sobre o sujeito. O discurso do capitalista inclui a referência ao consumo, ao objeto fabricado, à mercadoria em seu valor de uso. “No discurso do capitalista a relação $a \rightarrow S$, mostra o sujeito diretamente comandado pelo objeto que, no entanto ele produz”, afirma Chemama (1997, p. 34).

Nesse contexto, o toxicômano é reduzido à significação da droga como objeto de consumo, significação regida por um campo simbólico que sustenta um objeto de direito sempre disponível, num gozo sem interdito; este campo simbólico determina um

objeto de gozo não metaforizado, não regido pelo significante, produzindo uma clínica onde os efeitos sintomáticos condizem com o laço social engendrado pelo discurso capitalista. O problema dessa formulação teórica, a nosso ver, reside na ratificação desse lugar Outro como lugar encarnado de uma ideologia consumista, que esquece que os ideais podem ser múltiplos e que a ideologia capitalista, no cerne da sua exploração e utilização irrestrita do corpo do outro, é uma das modalidades de laço social como semblante, como S2.

A complexidade dessas afirmações revigora a inquietante pergunta sobre os fundamentos das relações do sujeito com a linguagem, no tocante à concepção de que o sujeito, de fato, é servo da linguagem e do discurso que dela se desprega e nela se articula. A questão é: como conceber a ideia de inscrição na linguagem como simbolicamente pré-existente sem recair na tentação das superestruturas ou do Outro da linguagem ou, mesmo, do domínio de uma metalinguagem? Como localizar a subversão do sujeito naquilo que se apregoa como paradigmas discursivos por exemplo, o discurso do capitalista - caracterizados pelos comandos ou chamarizes do consumo, do *gasto* infatigável do gozo, sem a necessidade de integração desse gozo?

Pensamos que as saídas são plurais e a droga pode vir a ser uma delas para a confirmação de uma prática capitalista (o discurso capitalista) ou como indicação de uma clínica em que a dimensão humana aparece superdeterminada, em que o sujeito, no limite, pode se reduzir ao significante mínimo: a droga. O Outro é o Outro do sujeito e ao remetê-lo a uma posição ele o faz reiterando a sua singularidade psíquica. Se a droga está no lugar do Outro, isso representa para o sujeito uma convocação para a instituição de um **x**, uma marca no seu circuito pulsional, o que denominamos aqui de *instituição do Outro*. Por outro lado, inverteremos a direção da seta no sentido **S** → **a**, de forma que privile-

giaremos a ética do sujeito que se determina a si mesmo nas escolhas que empreende ao longo da sua vida.

O ato toxicômano - apreendido na repetição sistemática e incontrolável do uso abusivo do tóxico - aponta para a realidade psíquica singular a cada sujeito toxicômano, no que se aproxima à noção de *tiquê*, ou seja, a um encontro sempre faltoso com o real:

A decisão de iniciar o consumo de uma droga é da natureza de um encontro, de uma fortuna. A dificuldade de situar a motivação inconsciente do consumo se deve ao fato de que esse encontro é contingente. O que é contingente é incalculável dado a imperfeição do simbólico. Ele só nos permite calcular o necessário e o impossível. O início de um consumo é da mesma ordem do desencadeamento de um sintoma, obedece a uma conjuntura de desencadeamento. O encontro com um significante mestre pode desencadear uma psicose, uma neurose ou uma toxicomania. Não vejo por que procurar em outro lugar a explicação desse desencadeamento. O encontro com um significante-mestre é sempre traumático, termo que Lacan equivocou, para indicar que a linguagem faz furo no real, e que define como o mal-entendido fundamental do falasser: se nasce mal-entendido no meio de dois outros seres mal-entendidos. (GERBASE, 2001, p. 2).

As reflexões anteriores nos incitam, mais uma vez, a colocar em questão o sujeito. Perguntaríamos: Como conceber um ato sem pressupor um sujeito em ação? O entrelace entre sujeito e ato é o que definimos como *posição*, aquilo que assegura o caráter originalmente multifacetado das formações psíquicas sobre a toxicomania, o que vem a ser melhor explicitado no contexto transferencial tornado possível dentro da aposta de tratamento com esses sujeitos. O termo *posição* subverte a tendência a uma “concepção estrutural, categorial e descontinuísta, em favor de outra borromeana” (MILLER, 1998, p. 104).

É particularmente imprescindível assinalar que essa noção de posição está intrinsecamente vinculada ao significante Nome-do-Pai, naquilo que esse pode ser generalizado no sentido da pluralidade de suas versões. Em se tratando de arrumação borromeana, o ponto de *capitonê* (ou grampeamento), pelo qual, em certos pontos privilegiados, a cadeia significativa viria a se fixar no significado, tanto pode significar uma versão do Pai como um sintoma. Entretanto, um sintoma pode assumir a função de Nome-do-Pai, ainda que não sejam equivalentes. Na dimensão de sintoma, estabeleceria um tipo de laço societário ao parceiro como mais-de-gozar. A inexistência do Outro (os Nomes-do-Pai) lança o sujeito no mais-de-gozar, posição subjetiva que abre um furo no Outro, cavando uma diferença irremediável entre A e A barrado²: questão indecidível, se não se promove o movimento do desejo encarcerado na lógica do tóxico.

A posição do sujeito toxicômano também apela à análise da montagem narcísica que modula a relação com a droga, ressaltando a hegemonia dessa configuração sobre certas modalidades de drogadição. Trabalharemos esse ponto, conjugando-o com a vertente real e simbólica (essa genuinamente desfalecida).

O que nos interessa destacar é o laço inequívoco do sujeito com o Outro - enquanto referência própria do simbólico - modulado pelas parcerias do sujeito com seus objetos (transmutados em parceiro-sintoma), tendo no gozo uma reserva inesgotável, sempre a repetir: “Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte: há um mais-de-gozar a recuperar” (LACAN, 1992, p. 48).

A toxicomania denuncia uma forma de mal-estar na cultura (FREUD, 1969, v. 21, p. 96), sustentado pelas discontinuidades e dissonâncias no real, visto que denota as ambiguidades de uma civilização marcada pela “homogeneização dos modos de gozo” (SOLER, 1998, p. 77) e pela insuportável e impossível felicidade. O mal-estar que caracteriza os diferentes laços sociais culmina

na constituição de uma rede de exclusão, de segregação, ao mesmo tempo em que imprime um ordenamento de gozo: é possível gozar, desde que o sujeito se aproprie do objeto (ainda que ao preço do próprio apagamento). Não é excessivo lembrar, contudo, que, na atualidade, consome-se drogas tal como se consome uma série de outros artefatos produzidos pela tecnologia.

A função simbólica atua como mediadora das relações intersubjetivas através da formulação de sentenças universais ou leis que organizam o campo da linguagem. Lacan, em 1953, propõe que “é ela [a função simbólica] que nos situa no centro do movimento que instaura uma nova ordem das ciências, com um questionamento da antropologia” (1978, p. 148).

Poderíamos associar essa “nova ordem” a dois aspectos : o imperativo superegóico *GOZA!* (LACAN, 1982, p. 11) e o pressuposto acerca dos avatares da demanda ao Outro, a partir da qual o toxicômano logra sua própria nomeação “Sou um toxicômano”. Essa lei - Goza! - não porta atenuante, não possui limites e está articulada, em muitos pontos essenciais, ao processo civilizatório contemporâneo, no que se refere, por exemplo, à modalidade dos liames do sujeito com os objetos de consumo, situação particular tecida por cada sujeito.

Em 1964, Lacan afirmava:

[...] Do lado do Outro, do lugar onde a fala se verifica por encontrar a troca de significantes, os ideais que suportam as estruturas elementares do parentesco, a metáfora do pai como princípio da separação, a divisão sempre reaberta no sujeito em sua alienação primeira [...]. (1978, p. 334).

Ê nesse Outro lugar que o real é engendrado pelo princípio do simbólico, pelas trocas significantes que se associam em uma cadeia movida pela metonímia do desejo em sua articulação com a falta. O recalçamento, como operação instituinte do inconsci-

ente, é que possibilita as diversas inscrições no Outro. Daí se depreende um problema crucial nas toxicomanias que é a concepção de um inconsciente que não se configura como “corte em ato” (LACAN, 1978, p. 324). Qual seria, então, a posição do sujeito no ato toxicômano, esse ato que elide as marcas do desejo? Como se especifica esse Outro ao qual o toxicômano dirige sua mensagem?

No intuito de elucidar a equação sujeito-Outro, dar-se-á ênfase ao paradigma do *Outro que não existe*, conforme se apresenta na obra de Lacan, no esforço de precisar os parâmetros para a análise dos pressupostos levantados acerca das noções de alienação e separação relativas ao gozo do Outro da linguagem, gozo não-todo, e sua correlação com o supracitado imperativo superegóico. Essa outra vertente da sexuação, que depende do Outro que não existe, inaugura uma subversão psíquica, principalmente quanto à queda da concepção de imposição de modelos de consumo e dos ideais que os sustentam.

A construção do objeto na subjetividade de cada toxicômano subverte, por sua vez, a concepção de modelo ou padrão de consumo, visto que não se trata da eleição de um objeto qualquer de consumo, mas de um *ato de separação* presidido pela escolha do objeto.

Tendo em vista a possibilidade de deslocamento de uma posição firmada na relação do sujeito com a coisa-droga para a de objeto-droga, como elemento múltiplo, dar-se-á ênfase à ideia de que a relação sujeito-objeto está fundada em um determinado modo discursivo no qual a contingência do encontro com a droga remete à posição do sujeito frente aos seus objetos constitutivos. A droga comparece no dispositivo analítico não como pura exterioridade da qual se deveria livrar para se iniciar um tratamento, mas como parte integrante do sujeito. Acredita-se que o encontro com a droga pode ser fato de contingência, mas a aderência à mesma, não.

Se o gozo humano está radicalmente marcado pela falta - o que Lacan, em 1974-1975, no Seminário 22, *R.S.I.*³, matematiza na expressão “o impossível da relação sexual” - perguntamo-nos: Seria o ato toxicômano consequência da impossibilidade da relação sexual? O eterno retorno às drogas poderia indicar a consistência do gozo do Outro, limitado não pela função fálica senão pela morte? O eterno retorno às drogas corresponderia à reiterada tentativa de demarcação da posição do toxicômano enquanto subsumido na face objeto frente ao gozo do Outro (corpo a serviço do gozo do Outro), circunscrevendo um apelo à inconsistência do Outro.

A repetição do ato incorre em um fechamento que se reverte sobre o próprio sujeito denotando a paralisação da lógica significante na sua subjetividade. O sujeito encontra, no final, somente a remarcação da identidade “Sou um toxicômano”, signo igualitário da sua condição. Nesse sentido, estabelece-se uma imaginarização do real, na busca incessante do objeto de satisfação como aquilo que, supostamente, recobre uma falta.

A clínica psicanalítica promove ao ato de drogar-se a dimensão significante em sua conexão com o gozo: produz, assim, cadeia de desejo. O ato transformado em significante da falta de objeto (objeto irremediavelmente perdido) convoca o sujeito a uma exigência de trabalho e, desse modo, o ato se converte em fratura diante da exigência de saber se é do eu ou do Outro que se trata (eu definido como uma das vestimentas do sujeito). O significante requer a causa do gozo, no sentido da promoção da separação entre o sujeito e o Outro, provocando o reingresso do significante apagado pelo curto-circuito metafórico-metonímico do Outro. Trata-se, portanto, de apostar no deslizamento do que seria signo na cadeia significante esvaziando a consistência do objeto.

Por conseguinte, somos levados a nos interrogar: de que maneira o ato toxicômano corresponderia a um ato de instituição do Ou-

tro, significando a marca do sujeito? Seria o ato toxicômano uma pergunta, no caso a caso, sobre a partilha entre gozo e desejo?

Por se tratar de um tema suscetível a recortes plurais, optamos por cernir a problemática das toxicomanias em três eixos primordiais - Outro, objeto e gozo - que serão investigados e recortados nos três capítulos deste livro. Para esse fim, seguiremos o paradigma do Outro inexistente cujo desdobramento permite romper com a crença no Outro único, de referência, configurando, desde a primeira perspectiva do Outro, as diversas nodalizações nas relações de objeto que estão intrinsecamente norteadas pela entropia de gozo que aí se produz.

Estando a toxicomania respaldada no paradigma do Outro que não existe, do Outro que não pode se absolutizar (não há estrutura universal), consideraremos, também, como pressuposto, a pluralidade dos Nomes-do-Pai e, por conseguinte, das identificações, como referência da multiplicidade de S2 e de **a** (na perspectiva do mais-de-gozar). Tratando-se de uma modalidade de laço - gozo de um grupo -, a toxicomania se configura como um sintoma referido não apenas a um sistema, a uma estrutura ou a uma cultura, mas à *lalangue*, efeito singular da pluralidade do S2. O sujeito abandonado ao mais-de-gozar define uma posição onde o que vai prevalecer é a consistência do objeto em detrimento dos ideais.

Notas

- ¹ Outro – O termo “grande Outro” foi primeiramente introduzido por Jacques Lacan durante o seminário anual dedicado ao *Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (aula de 25 de maio de 1955), diferenciando-o do “pequeno outro”, o qual designa o lugar da alteridade especular, ou outro imaginário. “Há dois outros por distinguir, pelo menos dois – um Outro com maiúscula e um outro com minúscula, que é o eu”. O Outro, é dele que se trata na função da fala” (Roudinesco, E. e Plon, M. Dicionário de Psicanálise, Rio de

Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998, p.558). Esta noção de “grande Outro” é concebida como “um espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo” e é a própria referência do simbólico, a ordem simbólica, apontada como o lugar do Outro, designando o inconsciente, a lei, a linguagem, Deus, a cultura - como realidade discursiva - na articulação com o sujeito. (Kaufmann, P. Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – o legado de Freud e Lacan, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993, p.385).

- ² “A” barrado – No campo psicanalítico, convencionou-se utilizar a notação “A” (grande Outro) com sua grafia original do francês (Autre). Desse modo, manteremos, ao longo desse trabalho, este padrão, o qual se aplica também ao pequeno outro (autre). O “A barrado”, segundo Jacques Lacan (Seminário 5, As Formações do Inconsciente, 1957-58), indica a interpolação do muro da linguagem naquilo que configura os diversos jogos, rodeios e interpretações singulares que o sujeito estabelece com o Outro que lhe concerne denunciando, com isso, a renúncia a toda metalinguagem, ou seja, àquilo que possa garantir o acesso ou o exercício de uma verdade absoluta. A significação obtida acerca do meu lugar no Outro é sempre algo a se a-preender, não se constitui como produto acabado, mas retorna como esvaziada de sentido, barrada, permitindo a subjetivação onde a falta vai implicar o desejo. O efeito de corte produzido pelo Nome-do-Pai é o significante do Outro como lugar da lei, corolário da castração, o que vai permitir ao usuário da linguagem operar deslizamentos significantes.
- ³ Esse seminário, ainda não editado no Brasil, foi consultado em uma tradução para o português veiculada no meio psicanalítico.

CAPÍTULO I

Do Outro

[...] no álcool não se sente a morte. Mas tudo ocorre como se Deus existisse. O álcool é Deus. O mundo está vazio e eis que, de repente, existe Deus, e o mundo torna-se bom e resplandecente [...] Mas se o álcool tomou o lugar de Deus, o que é que agora ocupa o lugar do álcool e, por conseguinte, o lugar de Deus? Este sentimento de que, se não me restam muitos anos para viver, por que não os viver? Ninguém pode substituir Deus. Ninguém pode substituir o álcool. Logo, Deus permanece insubstituível e então existe algo de inconsolável.⁴

(Marguerite Duras)

Do Outro consistente ao Outro inexistente

O paradigma do Outro, na concepção lacaniana, não é invariável. Como outras conceitualizações, essa também é forjada nos intervalos das articulações e dos avanços, no percurso de sua obra. A partir dos seminários 20 e 21, intitulados, respectivamente, *Encore* (1972/1973)⁵ e *Les non dupes errent* (1973/1974)⁶, Lacan termina por formalizar o paradigma da inexistência do Outro que será também o nosso ao longo deste trabalho.

Com efeito, a busca do Outro prévio, consistente, como rememoração ou como lugar de materialização da verdade, sempre cai onde se verifica a construção constantemente renovada do laço analítico, fato plenamente constatado na clínica.

Em que aposta repousa o que podemos chamar a palavra do Outro? A palavra do Outro, seguramente concebida como verdade? A verdade se evidencia como trabalho: o trabalho da verdade é tanto mais notório quanto mais se configura penoso para o sujeito. Compreendemos que o Outro não está em nenhum lugar prévio; o Outro é um lugar constituído pelo ato de nossa enunciação.

Certamente, o inconsciente é suposto pelo fato de que no ser falante há em algum lugar algo que sabe mais do que ele, mas isto não é um modelo aceitável do mundo. A psicanálise, na medida em que sua possibilidade se atém ao discurso da ciência, não é uma cosmologia. (LACAN, 1978, p. 324)

Do que se trata, quando destacamos a concepção acerca do Outro do sujeito? “O Outro não é mais que a tela do sujeito, ou seja, sua topologia, pela qual o sujeito introduz uma subversão, com relação ao que ele se tem enunciado até então”⁷. Essa subversão do sujeito quanto ao saber se desprende da concepção de

totalização do Outro, da possibilidade de haver uma interrogação do sujeito que o subtraia da tradição, seja ela a natureza, a cosmologia, a ontologia metafísica ou, mesmo, a cultura, na sua aceção mais tradicional e científica.

Consideramos que a subversão da tradição introduz o equívoco como efeito dessa interpelação ao Outro, o que quer dizer a certeza de que não se está cativo de algo. Isso se prende à conclusão de que o Outro é apenas um semblante e, mesmo, de que “o gozo só se interpela, só se evoca, só se elabora a partir de um semblante, de uma aparência” (LACAN, 1982, p. 124). O discurso analítico é um discurso do semblante, é um corte anterior – não há verdade inconsciente –, o que permite relançar a questão do real.

O Outro como lei – não só como código – está na alienação do sujeito à linguagem. O sujeito do inconsciente se constitui como saber não-sabido, a partir do recalque originário, encetando, através da lógica, sua emergência à articulação do trabalho do significante. O que existe são as marcas, pura marca, cuja primeira identificação, enquanto traço unário, se faz ao pai. “Se o inconsciente nos ensinou alguma coisa, [é] que, em alguma parte, no Outro, isso sabe. Isso sabe porque isso se baseia justamente nesses significantes de que o sujeito se constitui” (LACAN, 1982, p. 118). Mais adiante, há outras observações interessantes de Lacan:

[...] quem é que sabe? Será que a gente se dá conta de que é o Outro? - [...] como o lugar onde o significante se coloca, e sem o qual nada nos indica que haja em parte alguma uma dimensão de verdade, uma diz-mansão, a residência do dito, desse dito cujo saber põe o Outro como lugar. (1982, p. 130, grifos do autor)

O Outro é o lugar dessa memória que Freud descobriu sob o nome de inconsciente, memória que considera como objeto

que condiciona a indestrutibilidade de certos desejos. (1966, p. 875)

E, para complementar, diz Lacan, “a descoberta do que o significante articula nesse lugar, isto é, no inconsciente, permite-nos apreender à custa de qual divisão ele assim se constituiu” (1978, p. 266)

Observamos, nessas citações, que, afinal de contas, a colocação do Outro como *lugar* não se prefigura como uma tentativa de formalização do Outro. “O significante do Outro nos impõe a renúncia a toda metalinguagem”, afirma ainda Lacan⁸.

O próprio movimento do desejo procede da articulação do sujeito com o Outro e do Outro com o sujeito, relação singular que se desloca, imediatamente, nas modalidades de laços com que o sujeito se ancora; uma ancoragem jamais cabal ou definitiva, mas suficiente, que permite situar o real.

Uma tentativa de formalização do Outro o identifica ao Édipo, na medida em que a significação do desejo materno é etiquetada pelo Nome-do-Pai, pelo significante fálico, que dará significado ao desejo da mãe, culminando na identificação ao ideal do eu sustentado por esse significante. O universo simbólico assim configurado implica na superação da relação imaginária *a-a'*, assim como na edificação de um Outro lugar, enquanto representante da lei. Desse modo, o Nome-do-Pai, como herdeiro do Complexo de Édipo, institui o Outro como lugar das trocas significantes, constituindo o lugar do eu que fala. O Outro aqui é absolutizado, pertencente ao simbólico, ao qual se deve chegar.

“A metáfora do Nome-do-Pai é a metáfora que substitui esse Nome no lugar primeiramente simbolizado pela operação da ausência da mãe”, diz Lacan.⁹

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado ao sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\begin{array}{c} A \\ \hline \text{Falo} \end{array} \right)$$

Desse modo, Lacan afirma:

Freud reconhece a necessidade da reflexão que lhe havia conduzido a associar a aparência do significante do Pai, enquanto autor da Lei, com a morte, inclusive com o assassinato do Pai, mostrando assim que esse assassinato é o momento fecundo da dívida com a qual o sujeito se liga para toda a vida com a Lei, o Pai simbólico, enquanto o que significa essa Lei é por certo o Pai Morto¹⁰.

O mito simbólico do pai da horda, apresentado na célebre obra de Freud *Totem e Tabu* ([1913] 1976), é o paradigma da construção teórica do mito do Édipo, no que tange à questão da consistência simbólica sustentada pelo pai como corolário da lei da proibição do incesto, lei universal que marca a incontestável dissimetria da natureza com a linguagem. O caráter de universalidade dessa lei poderia pressupor, dentro de uma certa lógica, a existência de “um invariante natural e específico para todos os homens” (DOR, 1989, p. 27-8). Entretanto, sabemos que a função universal do Édipo é, fundamentalmente, a ordenação da dialética do desejo em face da diferença dos sexos, diferença essa que tem no falo o substrato da demarcação da partilha dos sexos que é gerada pela expressão de uma falta.

Lacan sempre sublinhou o significante em detrimento do significado, um significante como substituição, como simbolização de uma falta: ser ou ter em relação ao Outro e à falta do Outro. O

falo, portanto, vai funcionar como o significante da castração, chegando sempre sob a forma de uma falta.

É curioso notar, nas considerações acima, o lugar da determinação da imagem fálica, justamente porque “[...] o semblante fálico funda para o sujeito um certo regime de funcionamento do sentido”. (SANTIAGO, 2001, p. 165)

“O falo, na doutrina freudiana”, segundo Lacan, (1978, p. 267), “é esclarecido em sua função. O falo é um significante destinado a designar no seu conjunto os efeitos de significado, no que o significante os condiciona por sua presença de significante”. Porém, o falo concebido como significante privilegiado dará a margem daquilo que se pode apreender no real da copulação sexual, produzindo os seus efeitos de forma velada. Ele exerce a função de significação, no mesmo instante em que desaparece e, pelo seu desaparecimento, marca a divisão do sujeito.

O rompimento com o falo, tão característico do ato toxicômano, além de denotar a cisão com a dialética do desejo (o falo simbólico é metonímico e, portanto, da ordem das palavras) materializa a prevalência de uma outra ordenação, na qual o Nome-do-Pai não aparece mais como legitimador.

Lacan (1962) adverte que, por ser um significante, é no lugar do Outro que o sujeito tem acesso ao falo. Daí decorre a pergunta: Como o sujeito configura as suas modalidades de respostas, considerando que é a partir do desejo do Outro que o sujeito se constitui? Se a toxicomania é aquilo que rompe o casamento com o falo, ou seja, se aquilo que o sujeito procura não é o falo, mas a certeza do ser embutida no ato de se drogar, então concluiremos que a não-consumação daquele casamento com o falo impõe, ao toxicômano, um outro tipo de ordenação, de ponto de capitonê, de grampeamento ao Outro. Segundo Santiago, “a droga, enquanto artifício, vem materializar a vontade de infidelidade a este casamento obrigatório para todo sujeito”

(2001, p. 167). A compreensão tácita e uniforme entre os psicanalistas quanto ao submetimento do sujeito à marca da *Verdrängung* do falo coloca o toxicômano numa posição antagônica, inclusive quanto à questão do modo como é afetado pelo recalque.

Conforme dissemos antes, até o ponto em que as investigações nos conduziram, as estruturas clínicas freudianas clássicas não são suficientes para incluir a toxicomania, o que é corroborado pelo fato de que se torna problemático analisá-la, unicamente, pelo viés do rompimento com o falo e, por conseguinte, pela lógica edipiana, no que essa comporta de instituição da posição do Nome-do-Pai no Outro. Obviamente, não desprezamos, com essa formulação, a descoberta freudiana da composição ternária da constituição do sujeito, tão imprescindível para a configuração do campo da realidade, desde o *Urbild* (imagem) especular até a identificação paterna do ideal. Discutiremos, no capítulo sobre o gozo nas toxicomanias, o quanto essa modalidade particular de relação denota um mais além da significação velada do falo, ao tempo em que, quanto ao objeto, mantém-se aprisionada no enquadre imaginário do eu.

O Nome-do-Pai é o que torna possível a demonstração fálica imaginária daquilo que ao Outro lhe falta; o falo imaginário é o que surge como objeto desejável na imagem especular, como brilho ($-\phi$). Se o falo aparece no discurso é porque o sujeito está identificado com um nome, demandando, assim, um objeto de desejo num encadeamento.

O pai como nome, operando como interdição, caracteriza a ética do “tudo está submetido à castração”, na medida em que a função paterna está estruturalmente identificada à função fálica. Trata-se do “ao menos um” – “ao menos um” que diz *Não* ao gozo fálico, apesar d’Ele não ser castrado – de que fala Lacan:

[...] é pela função fálica que o homem como todo toma inscrição, exceto que essa função encontra seu limite na existência de um x pelo qual a função Φx é negada, $\exists x \Phi x$. Aí está o que chamamos função do pai – de onde procede pela negação a proposição Φx , o que funda o exercício do que supre, pela castração, a relação sexual – no que esta não é de nenhum modo inscritível. O todo repousa portanto, aqui, na exceção colocada, como termo, sobre aquilo que esse Φx o nega integralmente. (1982, p. 107)

Assim, a edificação simbólica do Pai, instituída a partir do mito do pai primitivo – o homem que possuía todas as mulheres e que, depois de morto, se torna mais poderoso e idealizado –, aponta para o lugar da exceção enquanto ratificação da existência de um Outro – maiúsculo, singular, único, Outro de referência, Outro da tradição – cuja investidura simbólica é atribuída ao pai simbólico.

A enunciação de Lacan sobre a morte do pai e a conseqüente edificação da interdição está plantada *na* “chave do gozo, do gozo do objeto supremo identificado à mãe, a mãe visada do incesto” (1992, p. 113). A ênfase, agora, recai no termo *gozo*, termo que se introduz na doutrina marcando que o assassinato do pai é condição de gozo introduzido no mais além do Édipo. Lacan conclui afirmando que “[...] o mito freudiano é a equivalência entre o pai morto e o gozo [...] o que podemos qualificar com a expressão operador estrutural mínimo” (1992, p. 116) e que essa articulação do pai morto e do gozo se assevera como *impossível* – complementa – pelo fato de que o *real* aí toma relevo:

Aí reconhecemos, com efeito, para além do mito do Édipo, um operador, um operador estrutural, aquele chamado de pai real - com a propriedade, eu diria, de também ser ele, na qualidade de paradigma, a promoção, no coração do sistema freudiano, do que é o pai do real, que coloca no centro da enunciação de Freud um termo de impossível [...] o real é o impossível. (LACAN, 1992, p. 116)

Desse modo, a injunção do real dá o testemunho da produção de um sujeito situado na cadeia significativa, como efeito dela, na medida em que é do simbólico que se enuncia o real como impossível: a impossível junção do ser com o ter.

Do exposto, resulta, então, a premissa de que, no nível do pai real, não há nenhum pai morto, nenhum pai fundante que tenha que ser morto. O pai não existe na origem. Freud dá consistência a esse pai, pai primariamente pensado como todo amor, como um deus, idealizado, como se tivesse existido, na forma de um enunciado do impossível. O mito é esse enunciado do impossível, a partir do simbólico. É como mestre que Édipo responde ao enigma e tem acesso ao gozo do Outro (gozo todo) – um saber inteiro. No mito, portanto, supõe-se um *Outro do Outro*, trazendo, no Édipo, uma determinação do sujeito na própria referência mítica. Não há saber mítico; o saber é acéfalo, porque *não há Outro do Outro*.

A passagem do mito à estrutura corresponde à postulação da causa como sempre *a posteriori*. Se está como resto, está como causa. *Pai morto é gozo* e é sinal do impossível, pois não é possível, em termos lógicos, estar lá como causa. Somente no imaginário vigora a consistência de um pai terrível. É a repetição significativa que vai levar ao gozo, como mais-de-gozar. Só se tem acesso ao gozo como perda; não se tem acesso ao gozo como todo.

Lacan diz, no Seminário 17 (1992b), que “pai é causa”, o que desemboca na dedução de que não há pai a ser superado, porque não há um pai prévio. O pai morto é o pai simbólico; ele tem existência no simbólico enquanto significativo. Por conseguinte, não se é pai de significantes, mas sim, por conta do significativo.

Sabemos que esse efeito de simbolização do desejo do Outro é traumático e propiciador de diversas modalidades de organização discursiva tecidas ao redor da equivalência entre gozo e real. O pai real é aquele, conforme assinalamos, cuja referência à cas-

tração é inequívoca, visto que é como significante-mestre que ele opera e não mais sobre o mito.

O efeito de simbolização nos remete à sua especificidade de *corte*, posto que o corte é radicalmente múltiplo. Segundo Milner (1996, p. 68), “Foucault nunca cedeu quanto ao múltiplo discursivo, quanto à heterogeneidade dos nomes, isto é, quanto à sua desigualdade. O corte nada designa além disso”. O termo *impossível* está, mais uma vez, referido ao pai real como operador ou agenciador da castração, fazendo vigorar a lei da linguagem. O pai real é *agência-mestra*, ou seja, promove o trabalho e funciona como paradigma estrutural do sujeito, porquanto inscreve um significante que remete a outro, desde o real ex-sistente. Poder inscrever algo que seja da ordem do real corresponde à concepção lacaniana de que há que se servir do pai – pai enquanto quarto nó, no nó borromeano – prescindindo dele, ulteriormente.

Na separação, o pai real tem que estar presente para favorecer a passagem para o falo simbólico. A falta da separação só acontece com o respaldo de duas faltas: falta de significante referida ao discurso (castração), $-\phi$; e falta primordial, **a**, ambas se referindo ao desejo.

Se é verdadeiro o que vimos articulando até aqui acerca das toxicomanias, é provável que elas estejam operando mais do lado do objeto **a** como contingência. A ética do *Outro que não existe* abre o lugar da exceção (que corresponde ao não-todo fálico) assinalando a posição do objeto **a** na dimensão de mais-de-gozar, dimensão real da pluralidade de gozos que aponta para a debilidade das identificações na contemporaneidade. O objeto **a** – que não é um significante – passa a desempenhar o papel de significante-mestre, não perdendo de vista o sujeito que, apesar de se oferecer como objeto de gozo, na sua vacuidade, termina por se fechar numa determinação quanto ao dever de gozar – o Goza! superegóico – não mais correlativo aos termos que faziam o

Outro existir (dever, renúncia e obrigação freudianos), mas à colocação em cena de um sujeito fixado a uma ancoragem particular de gozo.

Vinculada à questão da articulação entre o pai real e o Nome-do-Pai está a concepção de estrutura na qual o Nome-do-Pai pode faltar em algumas circunstâncias, como nas psicoses – em que, ao chamado do Nome-do-Pai, a resposta vem ao nível da carência do significante mesmo –, ou caracterizar posições subjetivas errantes, nas quais se trata de obter designações mais elásticas quanto aos Nomes-do-Pai. Miller diz que “A inexistência do Outro não é antinômica ao real. Ao contrário, ela é correlativa. Mas este real é o real próprio ao inconsciente, ao menos daquele do qual o inconsciente testemunha” (MILLER; LAURENT, 1996, p. 4-5).

Concomitante à formulação dos Nomes-do-Pai, temos a concepção de estrutura como acéfala que implica a multiplicidade de alínguas. O que se exerce, efetivamente, no gozo da alíngua¹¹ é o que motiva a questão mesma do inconsciente. Lembremos a primeira tese de Lacan, “O Inconsciente é estruturado como uma linguagem” (1971, p. 34) à qual se seguiu “O Inconsciente é uma linguagem que por meio de seu dizer produz seu próprio escrito”¹². Logo, Lacan passou a dizer “O Inconsciente está estruturado com uma linguagem e é na análise que se ordena em discurso”¹³, discutindo a relação do sujeito com seus objetos, no mais além do imaginário, avançando até a relação do sujeito com o gozo. Falar de discurso implica não apenas o Inconsciente estruturado como uma linguagem mas, também, o inconsciente em relação ao real do gozo.

No seminário 17, *O avesso da psicanálise*, Lacan (1992b) explicita o conceito de discurso como laço social, implicando um agente que se dirige ao outro; as formas de gozo que conduzem o sujeito a se encontrar com o outro ratificam uma perda de gozo. Falar significa perda de gozo e implica o desejo. Situar-se no de-

sejo também implica situar-se na perspectiva do laço com o outro. A alienação do sujeito ao campo do Outro define as modalidades de gozo sustentadas nas alínguas, as quais, na contemporaneidade, irradiam a diversidade de estabelecimento dos laços sociais.

Interessa-nos a delimitação da posição do sujeito nessa configuração dos laços sociais, em virtude de preconizarmos a toxicomania como uma dessas modalidades de gozo que culminam por prescrever as identificações modeladas pelo parceiro-sintoma, a droga. As denominadas comunidades de gozo – tão afeitas à civilização contemporânea – atestam o corte com a tradição e com o universal, mas correm o risco de fazer o sujeito se representar apenas pelo sintoma (sintoma social, não sintoma como retorno do recalcado), como se o sintoma constituísse o ser do sujeito. Aqui se aplica a fórmula lacaniana do *pára de não se escrever*, referida à contingência como “o encontro, no parceiro, dos sintomas, de tudo que em cada um marca o traço [...] do seu exílio da relação sexual” (LACAN, 1982, p. 198). A utopia do casamento perfeito com a droga, do encontro com a incontestável felicidade que ela proporcionaria desloca a negação da contingência (que é da ordem do acaso, da fortuna) para a necessidade ou seja, o *não pára de se escrever* que, segundo Lacan, coincide com o drama do amor. Quanto à retomada do saber inconsciente, Lacan conclui:

Não pode acontecer que o sujeito não deseje não saber demais sobre o que é desse encontro eminentemente contingente com o outro. Também, do outro, talvez que ele vá ao ser que ali se toma. [...] O ser, como tal, é o amor que chega a abordá-lo no encontro. (1982, p. 199)

As toxicomanias apresentam essa indumentária de representação no social, mas, também, trazem à baila a produção da

alíngua, engendrada no movimento pulsional que subjaz à alienação ao Outro. “Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua” (LACAN, 1982, p. 190) e, acrescentaríamos, saber é alíngua em função. “É porque há o inconsciente, isto é, alíngua, no que é por coabitação com ela que se define um ser chamado falante [...]” (LACAN, 1982, p. 194-5). O toxicômano constitui alíngua na insistência repetitiva do gozo, estando aquela, contudo, obliterada pela presença maciça do objeto-droga. O labirinto do saber poderá ser apreendido, no saber-fazer com **isso**, tarefa laborativa de instituição do Outro pelo reconhecimento dos traços enigmáticos diante dos quais o toxicômano se furtava, na aderência à droga.

A aporia dessa dupla definição de alíngua como sustentáculo de determinado laço social e como especificidade do funcionamento inconsciente nos atesta, todavia, que a clínica do desligamento não caminha destacada da clínica da pulsão, mesmo que de maneira coartada, como nas toxicomanias.

O momento inaugural de descensão da condição de submissão absoluta ao gozo como Outro implica no rompimento dessa comunhão de gozos instituindo, pela separação, um Outro lugar, em que a alíngua não se precipite na estagnação dos laços.

Gozo definido por sua relação ao outro: A alienação

Através da linguagem, recolhemos os mecanismos que refletem na subjetividade do homem. Essa condição inaugural está alicerçada pela anterioridade lógica do sujeito (ele, primeiro, é falado) e está calcada na relação do sujeito com o Outro. O Outro é o lugar do entendimento possível, na sua posição de terceiro; ponto de ancoragem significante que permite situar o real.

Com relação à existência de um momento inicial de instalação do Outro, Lacan alerta para o fato de que o que poderia chamar de momento simbólico primordial, é totalmente inexistente.

O momento da demanda satisfeita é representado pela simultaneidade da intenção, na medida em que ela se manifeste como mensagem [...] como tal do Outro. O significante – é dele que se trata, uma vez que essa cadeia é a cadeia significante – chega no Outro. A identidade perfeita, a simultaneidade, a superposição exata entre a manifestação da intenção, uma vez que ela é do eu, e o fato de o significante ser como tal ratificado no Outro acham-se no princípio da própria possibilidade da satisfação da fala. Se esse momento, que chamo de momento primordial existe, ele deve ser constituído pela simultaneidade, pela coextensividade exata do desejo, na medida em que ele se manifesta, e do significante, na medida em que ele o porta e o comporta. Se esse momento existe, a sequência, ou seja, o que sucede à mensagem, à sua passagem para o Outro, é ao mesmo tempo realizado no Outro e no sujeito, e corresponde ao que é necessário para que haja satisfação. Esse é, muito precisamente, o ponto de partida que convém para vocês compreenderem que isso nunca acontece. (1999, p. 154)

Tal nos parece ser o fundamento da noção de alienação à qual nos sediamos, uma vez que a mesma promove os elementos que sustentam a concepção da inexistência do Outro quanto à dissimetria radical entre a intencionalidade da cadeia significante e a ancoragem exata dessa significação no Outro. A alienação traduz a imbricação das demandas do sujeito ao Outro, nas bordas da impossibilidade essencial de obter qualquer consistência a partir das respostas que pode vir a lograr.

A concepção do toxicômano de que é possível formar UM (a busca da ratificação quanto à existência da relação sexual) nos estimula a questionar em que medida o jogo pulsional de desdobramento dos objetos encontra nos fundamentos das toxicoma-

nias uma vã tentativa de formalizar uma *unidade* com o Outro, erigindo um modo particular de alienação.

A impossibilidade de operar o relançamento do objeto coincide com a ortodoxia da prevalência da face objeto, na fixidez do imperativo da satisfação e da perene renovação desse excesso, não se privando dessa busca de satisfação, mesmo às custas da perda da contrapartida sujeito.

Uma resposta proposta por Lacan para essa questão é a de que a noção do laço irreduzível com o Outro aponta para essa busca do UM da relação sexual, relação que abole a diferença entre os sexos.

A chamada união dos corpos é impossível porque o Outro, aquele a quem falta o gozo, tem o corpo mutilado. Também é no ato sexual que o sujeito está perfeitamente alienado, pois acredita ser o falo que faz a unidade ideal, mas o prazer só é obtido quando o objeto cai, um efeito do corte significativo. O campo deste UM ideal se opõe ao campo do Outro. (LACAN, 1999, p. 154)

O toxicômano faz UM com a droga – na aparência de objeto total – no ponto em que todas as promessas de fazer UM com o Outro se asseveram impossíveis (o impossível da relação sexual – desespero do ser humano – posto que é impossível enunciar esse UM). O toxicômano não toma a droga como condição de gozo sexual. Ela é aquilo que evita a relação sexual, evita a incidência da castração.

A noção de alienação primordial do sujeito está cernida no contexto da formulação lacaniana do binômio *alienação-separação*¹⁴. Esse binômio está estritamente situado na constituição do sujeito, cujo advento gira em torno da relação ao Outro. A droga revela um *defeito* na constituição do Outro, no sentido de um modo de endereçamento problemático quanto ao objeto causa.

Reiteramos que é do Outro que o sujeito recebe sua mensagem, no sentido de que o desenrolar da fala vai assinalar, inicialmente, o lugar do desejo do Outro e, portanto, da falta do Outro, posto que é condição da incidência do desejo que o Outro seja barrado, quer dizer, que o sujeito encontre um furo, lá onde a significação, supostamente, encontraria um produto acabado.

A noção de absoluto, de totalidade, na relação do sujeito com o Outro, é uma utopia exatamente pelo caráter insensato e dissimétrico da cadeia de significantes cuja tônica é a definição do significante como aquilo que representa *para* e que, em si mesmo, não significa nada. A estrutura do significante reside em ser articulado, não estando colado ao significado. Que o significante não responda pela sua existência, por nenhum tipo de significação leva à consideração de que o sentido só se produz no não-sentido, na metaforização do desejo do Outro.

Apesar da premissa de que ambos, sujeito e Outro, desejam e de que “o desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1979, p. 251), eles não se fusionam, nem se reduzem a um único ponto possível da verdade. A alienação ao campo do Outro já institui, de saída, a condição da existência como amputada, marcada por uma hiância, essencial ao fato de ser a escolha sempre fundada na ausência de um sentido recíproco da estrutura da relação do sujeito ao Outro. É por causa da destituição da presença como configuração integral do ser que a noção de falta torna-se premente, erigindo-se no cerne da alienação.

A designação de sujeito alienado ao campo do Outro adquire seu testemunho no fato de que o significante é produzido no Outro e pela circunstância da captura do pequeno ser falante como condição inexorável do seu estado de desamparo originário. O ser no mundo conta com a contingência de poder ser apanhado numa rede, numa história, num lugar indeterminado e de que, para ele, a sua condição de *ser* está submetida ao *sentido* no campo do

Outro. Essa condição de submissão ao Outro define a aporia da escolha, em que ser e sentido se entrelaçam, marcando que qualquer que seja a escolha, essa sempre será decapitada de alguma parte. Em relação ao ser do sujeito, se a escolha recai sobre o ser, o sujeito desaparece, precipitando-se no não-sentido; se escolhemos o sentido, também desaparece do campo do Outro o lugar do não-sentido, ou seja, o inconsciente. (LACAN, 1979).

No seminário *A lógica do fantasma* (1966-1967), Lacan vincula o *eu não penso* ao *isso* e o *eu não sou* ao Inconsciente. A transformação do *cogito* cartesiano, “penso, logo sou” em “ou eu não penso ou eu não sou” introduz uma subversão conceitual, onde o *penso* e o *sou* perdem a sua autonomia para o sujeito pensante (o sujeito não é e não pensa), demarcando, assim, as relações entre o objeto *a*, em sua dimensão de gozo, e o ser. Por outro lado, assinala o lugar do falo e da castração (-φ) como articulado ao pensar.

Sobre a alienação, tomemos, então, a formulação de Lacan, de 1966, que a propõe como

a forma de uma escolha forçada onde se imagina chegar a uma alternativa que se solda por uma falta essencial [...] esta forma eu a retomei a propósito da alternativa onde eu trabalho o cogito cartesiano e que é aquele; ‘eu não penso’ ou ‘eu não sou’¹⁵.

A originalidade destacada nessa modificação aponta para a concepção de que o sujeito é, primeiro, pensado (não é um ser consciente), antes de ser um pensador. Esse fanqueamento do *cogito* seria correlato à interpolação da perda sobre a condição da introdução da barra da castração sobre o saber absoluto, divinizado do Outro, na condição de ser objeto de gozo do Outro. O Outro como garantia assegura a promessa da solução através da droga.

Dir-se-ia, então, que a presença do objeto talhado supostamente para ser gozado pelo Outro corrobora a certeza do ser, expulsando o tempo da certeza da dúvida, essa que instala o pensamento racional na cicatriz da perda.

A radicalidade da dúvida permite a vacilação da posição de objeto, na proporção da emergência de crenças e ficções acerca da verdade. Se essas fundamentam o possível (dentro da experiência analítica) quanto à assunção de alguma verdade do sujeito, aí então empreenderemos a colocação em cena do que se trata do sujeito: que é esvaziado de qualidades (essas que através do objeto se fazem representar) e que serve para demarcar os pontos de equivocidade e de dúvida, dentro da estrutura de linguagem.

O declínio das garantias subjetivas do ser, produto do pensamento sobre a verdade, instaura a certeza da dúvida, a partir do que advém a posição do sujeito “como essa ocorrência perturbadora no domínio da consciência de si que revela o inconsciente como discurso do Outro” (LACAN, 2004).

Lembremos que o enunciado de muitos toxicômanos, quase uma fórmula, “Sou um toxicômano” evoca a articulação do sujeito com o Outro no ponto da constituição do lugar desse sujeito no Outro, por sua marca com relação ao objeto e ao gozo. É preciso não considerar essa formulação como suficiente, na medida em que cabe ao analista, enquanto aquele que aceita a responsabilidade do tratamento, inverter essa posição.

Observemos que na sua apresentação, no seu ‘eu sou um toxicômano’ há uma definição de si próprio, uma forma sutil de apresentar-se que nos faz pensar num ‘cartesiano invertido’. Ele assume uma certeza sobre seu estado, assim como uma dificuldade em pensar. Nossa tarefa consistirá em inverter essa posição, partindo do seguinte princípio: é porque você fala e pensa e enquanto sujeito produto do significante

que você não sabe quem você é. É da recusa em aceitar o primeiro diagnóstico que o analista cria um novo lugar para ele. (FREDA, 1989, p. 3)

Mas a que certeza o toxicômano se mantém aprisionado?

O Outro do toxicômano assegura o lugar do significante-mestre moldado pela lógica do gozo e da relação específica com o objeto-coisa do gozo. O verdadeiro toxicômano é aquele que está assujeitado ao gozo do Outro, que é adaptado e obediente ao comando do Outro, no sentido de que o Outro o faz de coisa para gozar: sustenta um discurso obliterado, coagulado na nomeação “Sou um toxicômano”, identidade própria que o ancora na versão imaginária que compõe seu discurso, obviamente, sem denotar o sujeito da enunciação.

Fica evidente, portanto, que o lugar assegurado pelo Outro configura a apresentação do toxicômano como escravo de um amo que o convoca a gozar cada vez mais, expondo cada um a face do consumo e da circulação dos objetos.

Cuidemos, contudo, de precisar a posição desse Outro que convoca a gozar visto que é como falta de gozo que o Outro se configura, na medida em que convoca ao mais-de-gozar pela suposição da satisfação insistentemente renovada e promovida pelo objeto.

O Outro que concerne ao toxicômano presentifica, no mais além da generalidade culturalista do consumo de drogas, na atualidade, a amplificação de uma consistência baseada no não-todo, no I (A) barrado, obstáculo alienante que impulsiona o sujeito ao “eu não penso”, até o *isso* como instauração do ser do eu.

A inexistência do eu (*je*) do sujeito do inconsciente que Lacan caracteriza como um não-eu (*je*), é aquilo que surge da intersecção das duas negações. O que tem em comum o ‘eu não penso’ e ‘eu não sou’ é que há um pensar que não tem *je*

e há um ser que não tem *je* (no nível do isso e do inconsciente) [...] Isso é tudo aquilo que no discurso, enquanto que estrutura lógica, é não-eu, é resto da estrutura gramatical, é o suporte do que está na pulsão. O suporte do que está em jogo na pulsão é o fantasma. (VIDAL, 1993, p. 99)

A fratura imposta ao ser pelo limite ao gozo se articula com o pensar, desvelando o surgimento do ponto de gozo, por sua relação com a verdade.

Nesse contexto, o fantasma comparece como representando a borda entre o sujeito e o Outro: o que importa no fantasma é a sua função de resposta que o sujeito dá à falta de gozo do Outro. A verdade do gozo é a questão que o sexo coloca, questão indecível, se o sujeito permanece se nomeando pela consistência do gozo do objeto.

Lacan complementa que

[...] não há nenhuma maneira de fazer funcionar a relação do *je* enquanto que ser-no-mundo, que passar-se disso para essa escritura gramatical que não é nenhuma outra coisa mais que a essência do isso. O *je*, como tal, está excluído do fantasma¹⁶.

Mais adiante, pontua: “[...] a legitimidade do fantasma se sustenta do lugar do Outro que não pode precisamente articular-se mais que de um ‘então não sou’¹⁷.”

A plenitude do ser, nesse momento, coincide com a consistência do Outro, expurgando, como dissemos antes, o tempo da dúvida, que é responsável pela emergência do sujeito do inconsciente: “eu não sou”. O “não sou” afeta o eu, abrindo o vazio onde o sujeito vai se alojar.

O fantasma do toxicômano

Com relação à problemática da especificidade do fantasma do toxicômano é importante, inicialmente, recordar que “o fantasma é sempre construção *a posteriori* (*Nachträglich*). A teoria analítica recorre à construção do fantasma para escrever o real impossível, separando assim a ficção do ilusório”¹⁸. Então, se o fantasma sustenta o campo da realidade (delimitado pelo simbólico e pelo imaginário), ele funciona como mediação entre o sujeito e o Outro; o fantasma é uma resposta ao insondável desejo do Outro.

De forma paradoxal, verificamos que o toxicômano se expõe através de um espetáculo fundado sobre a imagem do corpo próprio, a inércia e a fixidez da captura da imagem (fantasma, na vertente imaginária) atendendo a um desafio moldado sobre a cena ilusória de alguém que caminha na borda da morte, com a capacidade de continuar vivo, tal qual um herói; vitória excepcional, sem morrer. O verdadeiro herói supera o perigo externo. O toxicômano *mostra* ao Outro da droga a droga do Outro. *Ser um herói* se constitui como o axioma representativo do objeto que se é para o Outro.

Agora, vejamos: se a lógica do fantasma implica uma construção e uma escritura, como escrever o fantasma de um toxicômano? **S=a** ou **S+a**: o objeto adequado ao Outro esconde o acesso ao sujeito; o sujeito aí se eclipsa. Por conseguinte, o toxicômano adquire consistência de ser no seu fantasma.

A separação

Alguns analistas consideram o ato toxicômano como indicativo da separação do Outro, no sentido “de provocar um impasse sobre o Outro”. Para Santiago,

a importância do ato na clínica analítica do toxicômano significa que, nesta supressão dos equívocos da palavra, o sujeito se priva daquilo que confere a prova essencial de sua indeterminação subjetiva. Nesta antinomia entre o ato e o pensamento, se justifica o caráter não-interpretável do ato de se drogar, no sentido de que o sujeito, na certeza de sua busca de felicidade, se mostra separado do Outro. (SANTIAGO, 2001, p. 97)

Destacamos a ideia de obliteração da palavra pelo uso da droga, cuja importância reside no fato de que, na clínica psicanalítica, o ato de separação resulta problemático, fundamentalmente, pelo risco da ratificação da posição do Outro como algo distinto do sujeito, como referência ou como existência.

No curto-circuito pulsional, desde o tempo do endereçamento da pergunta *O que sou?* ao Outro, o toxicômano coloca a droga. Logo, é esse sujeito que elege e institui no Outro aquilo que ele fomentará para si. É imponderável a localização do Outro; trata-se, por conseguinte, de saber como o sujeito pode se reencontrar na falta do Outro (o Outro, na nossa definição, inexistente), constituindo o enunciado *Sou um toxicômano*, o ser que faltaria ao Outro. Lacan inscreve, nesse lugar da falta, o lugar do gozo, onde, à pulsão, competiria a restauração, no sujeito, da sua perda de ser.

O endereçamento de uma pergunta cavada nos intervalos do discurso do Outro (“Que é que ele quer?”) coincide com a introdução, pela linguagem, de uma falta que é falta do ser, engendrando o desejo, que desliza na metonímia daquilo que não fecha, que não se pode presentificar. O desejo se engendra numa relação particular, não com o mundo, mas com a falta, processo essencialmente inconsciente que culmina por efetivar a separação, operação que está fundada na pergunta que remete à castração do Outro, instaurando um laço com o desejo do Outro faltoso.

O desejo provém do Outro, na medida em que o sujeito se reconhece castrado realizando, em decorrência dessa conclusão, a significação do seu lugar no Outro da linguagem. Assim, a operação de corte ou de separação incide sobre as falhas do discurso, colocando em prova o enigma do desejo do Outro e a retorção da pergunta sobre o sujeito que, agora, comparece portando uma pergunta sobre o seu desaparecimento: “Pode o Outro me perder?”. (LACAN, 1979, p. 203)

Vale ressaltar que o ponto de intersecção, na estrutura, do lugar do sujeito é um furo, um espaço aberto no jogo de oposições significantes que ordenam o desejo. Pode-se daí depreender que as relações do sujeito com a linguagem estão balizadas por uma ancestral desarmonia, visto que o desejo é forjado no cerne dessas relações, mas não se confunde com as realidades discursivas prévias. Focalizar o desejo é admitir a participação do sujeito na dimensão simbólica da sua existência, concebendo-a numa relação de *extimidade* com o Outro, o que justifica a existência de uma realidade psíquica singular, responsável pela ordenação de gozo veiculado pelo objeto, no caso a caso. A relação de extimidade com o Outro permite a localização da droga ao lado do lugar da falta de significação no Outro; ato de separação, portanto, na medida em que a contingência do encontro com a droga e o tamponamento do circuito do desejo não invalidam a concepção de que, no ato toxicômano, já está impressa uma realidade psíquica e uma determinada ordem de significação.

O tempo da drogadição corresponde ao tempo de instituição da falta, que se apresenta colmada pelo objeto cuja heterogeneidade pode vir a sinalizar – através do uso da droga – os modos pelos quais a falta se inscreve pelo desejo.

Uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo com o desejo do

Outro [...] É uma falta engendrada pelo tempo precedente que serve para responder à falta suscitada pelo tempo seguinte. (LACAN, 1979, p. 203)

A apresentação de um Outro desfalecido, em situação de impasse, não é contraditória à ideia de que, mesmo nessa condição, ele continua sendo uma referência do simbólico; o simbólico que concerne àquele sujeito. Em verdade,

[...] para que a fala se desenrole, três tempos são necessários: o primeiro tempo se dá como uma relação com o Outro em que este é desejável; o segundo é o da descoberta de que o Outro também deseja, portanto carece por sua vez. O terceiro tempo põe o sujeito e o Outro em equação, na medida em que um e outro desejam. Nesse nível, se opera a distinção entre A e A barrado. (KAUFMANN, 1993, p. 386)

A consistência, esse pouco de realidade é trazido pelo outro elemento do fantasma: **a**. O estatuto real de **a** desvela a borda topológica que sustenta o campo da realidade. Essa borda é efeito do corte realizado sobre o plano projetivo, que desprende uma superfície unilátera de uma única borda: a banda de Moebius. O rombo 'topo-lógico' representa a borda funcionante entre o sujeito e o Outro, articulação que instaura o fantasma e a realidade. Alienação – Separação são operações ininterruptas do ser falante, que determinam o sujeito a partir do Outro e o objeto na intersecção da falta entre o UM e o Outro. (VIDAL, 1993, p. 100)

Aquilo que falta no Outro aparece positivado pelo que surge na alienação como vazio do sujeito. A operação de alienação-separação revela ao sujeito as determinações do objeto **a**, assim como sua castração no valor $(-\phi)$. Esse trabalho de alienação-separação está articulado ao gozo, como lugar suposto do sujeito no **isso**. Lacan nos ensina que: “[...] o ser falante é apenas falta de ser que o significante instaura” (LACAN, 1979, p. 145).

Toxicomania: Uma versão do pai

A evidência do fracasso da função paterna na estruturação do sujeito toxicômano também está inscrita na própria repetição do ato de drogar-se, pura ratificação do gozo do Outro.

A toxicomania encerra um meio para o sujeito que se eclipsa na manutenção da relação com o Outro pautada no para além do Édipo. Ela denota uma posição de trabalho, quando é falha a relação de objeto com o pai, funcionando como suplência da função Nome-do-Pai. É, na verdade, uma relação de substituição do pai pela droga, que lhe permite afirmar-se no Outro inexistente, num permanente recobrimento do sentido que deixa problemática a incidência da operação da castração.

A toxicomania denuncia a ameaça de desaparecimento no gozo do Outro, pela falta de garantia do Nome-do-Pai ou pelo modo particular com que o significante Nome-do-Pai está operando na estruturação do sujeito. Na medida em que recorre ao gozo como Outro, recorre à contingência, ao equívoco.

Sabemos que, na clínica das toxicomanias, a angústia, muito raramente, se evidencia no usuário, graças à suplência narcisista obtida com a droga. A angústia é um afeto para o sujeito, sinal dessa fenda primordial que indica que o desejo está separado do gozo mediante a incidência fálica ($J\Phi$). Podemos, então, cernir a Metáfora paterna como instituinte de um x , um enigma, uma pergunta sobre o desejo do Outro. Lacan, no seminário *Os quatro conceitos...* (1979), chama esse processo de *Unterdruckt*, ou seja, “cai por baixo”. “É na medida em que o sujeito vem a representar sua parte e jogar sua partida na separação que o significante binário, o *Vorstellungrepräsentanz* é *unterdruckt*, cai por baixo” (VIDAL, 1993, p. 207). Por baixo de que?

Por baixo da barra da divisão do sujeito. Para que o sujeito se constitua é necessário que o sujeito da significação desapareça (na medida em que não traduz tudo); para que possa falar, apaga-se como sujeito da significação (afânise do sujeito). No final dessa equação, teremos, de um lado, sentido, do outro, afânise. O organismo é tomado por um significante apreendido do campo do Outro (aí ocorre a afânise do sujeito). O sujeito da significação tem que ser apagado para dar lugar ao significante. Para que possa haver série significante é necessário que algo caia; portanto, o sujeito em afânise que aparece sobre o sujeito da significação é o sujeito do inconsciente.

Por intermédio da voz – esse objeto caído do órgão da palavra –, o Outro se configura como o lugar onde *isso* fala. “Quem fala, mais além do que o sujeito, cada vez que fala, toma a voz? Quem? mais além daquele que fala no lugar do Outro?”¹⁹. Nesse lugar, Freud introduz o mito do pai, em razão da inevitabilidade da pergunta, “Quem?” Lacan assinala que “o Outro não pode ser confundido com o sujeito que fala no lugar do Outro”²⁰, o que induz ao problema do sujeito prévio à pergunta. Já assinalamos que o mito freudiano é a equivalência do pai morto e do gozo. “Que o pai seja o gozo se nos apresenta como o signo do próprio impossível. E é bem nisto que encontramos aqui os termos que são aqueles que defini como fixando a categoria do real” (LACAN, 1992a, p. 116).

A versão paterna representada pela toxicomania alude ao indiscutível fracasso da metáfora paterna em produzir o gozo fálico. A questão da interpolação da significação fálica empreendida pela metáfora paterna se constitui como condição fundamental na articulação da estrutura, uma vez que tudo está submetido à castração, estando a significação fálica sustentada no significante do Nome-do-Pai, significante que tem por função delimitar a borda com o real, naquele ponto nodal da hiância que separa o gozo

(no sentido da transgressão) do desejo. A versão paterna como suplência, contrariamente, generaliza os sentidos e desloca a questão dos Nomes-do-Pai para a clínica da falta generalizada, consagrando outras formas de grampeamento (ponto de capitonê). Essa noção de falta generalizada está assentada na concepção de que, para o ser falante, “Não há relação sexual”, o que inspira – desde o real da não inscrição – as distintas formas de ordenação ou de versão paterna.

Diante do exposto, discutiremos, agora, a pertinência e propriedade da expressão *falência paterna*, no contexto das toxicomanias. O termo *falência* possui as acepções de quebra, falha, carência, omissão. Tudo isso associado a “pai” conduziria à hipótese imediata de que a aderência às drogas seria o corolário dessa suposta *deficiência* da função do pai. Porém, a mensuração ou localização do quando, onde e sobre que elemento da história de um sujeito um Pai fracassou conferem uma dificuldade essencial na condução da direção da cura, mormente porque, nessa avaliação, poderemos nos arriscar a considerar o afeto da inteligibilidade (como chama Lacan), no manejo da fenomenologia do problema, ou a busca de uma teoria da adaptação, conforme assinalamos anteriormente. O Nome-do-Pai não coincide com a pessoa portadora do falo, vinculando-se ao desejo do pai, como aquilo que elege, promete e faz passar por seu nome uma certa aliança transmissível, além de funcionar como elemento nodal.

O pai da realidade, aquele que tanto pode se apresentar como bom ou mau, potente ou carente, presente ou ausente, de forma concreta, é tema das análises chamadas *ambientalistas*, algo do tipo: “mas os pais não se entendiam bem, havia desacordo conjugal, isso explica tudo!” (LACAN, 1999, p. 172).

Freud assinalava que um Édipo pode se constituir muito bem, mesmo quando não há pai, paradoxo que culmina na interrogação sobre as carências paternas. Lacan alerta sobre o fato de que

existe uma diferença entre falar da carência do pai na família (modo caracterológico, biográfico) e falar de sua carência no Complexo de Édipo (1999, p. 174).

O pai intervém, inicialmente, como interditor da mãe, posto que ligado à lei primordial de interdição do incesto. Os efeitos inconscientes sobre a criança se dão pela ameaça de castração e seus avatares, no menino e na menina. Nesse ponto, pensaria que, mais do que avaliar a competência participativa, colaborativa ou de contenção, por parte do pai, caberia introduzir a lógica da disposição dos lugares ou posições do sujeito diante do desejo posto em causa. Lacan propõe o termo nomeação, que vem a permitir a manutenção de uma identidade de laço, uma conjunção dos termos real, simbólico e imaginário, cujo operador é o significante Nome-do-Pai.

Na medida em que estamos falando de sujeitos aderidos à droga (portanto, sujeitos não marcados pela fornalha fálica ou em atitude denegativa em relação a essa) poderíamos, a partir dessa formulação, considerar a ideia de fracasso como indicativo clínico do lugar onde algum sujeito pode vir a falar em nome-próprio: nesse sentido, até mesmo o próprio pai biológico. Essa situação é bem evidenciada na clínica, na lógica das posições subjetivas quanto ao desejo.

O pai separa o filho da mãe enquanto mulher que é sujeito de um desejo faltante. A criança pode se colocar como aquilo que completa a mãe enquanto mulher, quando essa só pode ser completada pelo homem, não o pai. O toxicômano comparece, então, denotando o fracasso da função paterna na produção do gozo fálico, assumindo uma posição de desqualificação ao modo de um objeto inadequado que não pode servir nem ao pai nem à mãe.

Na ética do Outro que existe, a problemática do Édipo, no toxicômano, pode ser descrita, então, como aquela da represen-

tação de objeto como inadequado, insuficiente, carente para o pai (além de o ser também para a mãe). São todos carentes em relação ao gozo fálico. O gozo fálico é a referência.

Na ética do Outro inexistente, a versão do pai se inscreve ao lado da pluralidade das formas de dispensar o pai, servindo-se dele como semblante. A versão do pai também pode funcionar como um grampeamento dos nós borromeanos (real, simbólico e imaginário), fundamentalmente, no nível do simbólico cuja debilidade promove a prevalência do real e do imaginário. A toxicomania, como versão do pai, procura incluir o sujeito agente, forma singular de explicitação do modo de gozo inconsciente.

O laço social do toxicômano

A acepção geral do termo *discurso* apela para seu caráter de apresentação ordenada de frases cujo conteúdo se manifesta, de forma direta ou indireta, configurando um *dizer*. O estatuto do enunciado marcaria, desse modo, o lugar do agente da fala e o outro a quem se destina a mensagem.

A essência própria do discurso, no sentido do desenvolvimento de Lacan, explicitado no clássico texto de 1953, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1978), diz respeito à existência de um testemunho sobre a verdade da fala, endossada por um sujeito que nessa fala se encarna. A posição dialética da fala sofre mutações, por efeito do jogo significante, resultando no empreendimento de cortes, no plano diacrônico do discurso, que é também considerado como inerente a uma estrutura. Os elementos que se movem numa estrutura de discurso são representados pelo significante e produzem efeitos de significação dispostos de modo a comunicar algo que, ao final, determina a relação do sujeito ao Outro.

A condição de mutação, de substituição dentro da cadeia significativa tem como premissa a colocação da barra de separação entre significante e significado o significante penetra no significado. Assim, a incidência do inconsciente, produzida pela cisão subjetiva engendrada no descolamento do significante do significado, dimensiona a posição do sujeito da fala, configurando o desejo como laço constitutivo do discurso no campo do Outro, considerando o Outro como da ordem da alteridade, ponto-pivô da subjetividade.

Se pretendemos traçar uma linha de correspondência entre os determinantes estruturais da fala e do discurso pautada na lógica significativa, como, então, delimitar – no campo das toxicomanias – o registro do endereçamento da fala enquanto situada numa ordem de discurso? Que modalidade de laço o discurso do toxicômano encerra, se considerarmos a especificidade de sua fala que revela a clausura do sujeito nos escaninhos do gozo? Para quem se destina a fala do toxicômano, se é o destinatário que permite o acesso à significação, localizando um sujeito diante do enigma da falta do Outro?

Em virtude da impossibilidade de articular qualquer palavra sem que isso venha a se constituir em um ato insuportável, o discurso do toxicômano termina por se definir pelos *jargões* – discurso impregnado de sentidos que possibilita o encontro com aqueles que o conhecem e sabem usá-lo. O sujeito é enganchado no discurso através da criação de um jargão específico; o jargão se caracteriza, portanto, por assumir uma natureza diferente do simbólico.

É possível que a não colocação da noção de causa no campo do real (causa que promoveria o deslizamento dos objetos metonímicos) produza essa modalidade de enodamento entre os toxicômanos. O vazio como origem e como causa está escondido em Outro lugar, inviabilizando o corte entre significante e signifi-

cado, tempo estrutural de incidência de algum pensamento *diferenciador da própria diferença*.

A circunscrição da posição de segregação no campo do Outro se configura, no campo das toxicomanias, como inviabilidade na produção do novo e como promoção do deslocamento do objeto em relação a si mesmo, em deixá-lo *faltar em sua própria identidade*. O não-todo fálico, que se oporia ao universal, não se apresenta nas modulações do discurso, não abrindo uma exceção no campo do Outro.

Para desmanchar o valor absoluto do jargão, é preciso recuperar o discurso desta sua forma rígida e pobre que não permite situar historicamente o sujeito.

Tendo como base os argumentos levantados anteriormente, podemos trazer à baila uma questão fundamental: no campo das toxicomanias – que representa um modo de relação tão singular com o Outro – para quem se dirige o ato, compreendido como estilo singular de separação? Teria o ato o efeito de uma marca, a partir de uma leitura do analista? Essa interrogação é necessária, se concebermos a toxicomania como evidência de um plano discursivo não operante do ponto de vista do simbólico, uma vez que o que faz laço está posto na ordem do imaginário e do real, naquilo que se transmite mediante a construção de comunidades de gozo. O laço, portanto, está fundado na dimensão social do sintoma, laço societário de amor, como mais-degozar. Verificam-se as ancoragens locais de gozo (o sintoma), formalizando os liames de comunicação no interior dessas comunidades.

Retornando à pergunta inicial a respeito do direcionamento da fala do toxicômano, lembramos que não há discurso do Outro; existe gozo como Outro. A droga é a resposta e vem como contingência, numa eleição compatível com a inexistência do Outro.

O toxicômano na perspectiva das identificações

A identificação é a mais remota forma de laço com o Outro e, desde as formulações de Freud, ela recai sobre o pai, como necessidade lógica para a constituição do sujeito e para a inauguração do campo da significação. A identificação se correlaciona, também, com o buraco real na estrutura, modo da falta próprio da privação. O toro topológico fornece o suporte para o buraco da privação, a partir do que a questão da identificação recai sobre o traço unário, identificação formadora de sintomas. A dimensão social do sintoma pode se apresentar na forma da identificação histórica, como uma das formas de distribuição dos gozos, assim como por identificação ao Supereu.

Em Freud, o Supereu aparece como herdeiro do Édipo. Em Lacan, o Supereu é anterior à passagem pela lei. Em Freud, o Supereu implica a lei, porque ele não diferencia claramente o Ideal do Eu do Supereu: são diferentes aspectos de uma mesma instância psíquica. Lacan faz a diferença mais formalizada entre Ideal do Eu e Supereu. O Supereu, para ele, é obsceno e feroz: manda. O Ideal do Eu é a possibilidade de se identificar, não a uma imagem terrível, mas, ao significante do Nome-do-Pai. Para Freud, a função paterna é normalizadora (do ponto de vista da inscrição do sujeito na estrutura do Édipo), mas o Supereu é instância de exigência absoluta, enquanto que é, predominantemente, da ordem do Imaginário e do Real.

Na perspectiva lacaniana do supereu, a identificação ao modo de distribuição dos gozos se alia à pulsão. O supereu é parceiro da pulsão, porquanto implica a civilização enquanto modo comum de gozo, uma “distribuição sistematizada de meios e de maneiras de gozo” (MILLER, 1998, p. 10); a mistura de gozos, corolário de um “relativismo cultural” (LAURENT, 2000, p. 18). A

toxicomania inaugura uma produção subjetiva ligada a um laço com o Outro que vai além do pai, visto que a procura, agora, está do lado do objeto, na forma do imperativo superegóico de gozo. A procura da consistência do lado do objeto tem como corolário a prevalência do objeto e não dos ideais. O efeito disso é a pluralização dos sentidos, visto que o mais-de-gozar aponta para o excesso.

A identificação, conforme já assinalamos, se faz ao modo de laço de amor societário, como mais-de-gozar, formando sociedades de gozo. Esse aspecto não deixa de instituir, por outro lado, um jeito do toxicômano identificar-se com um **x**, que corresponde ao seu próprio lugar nessa comunidade.

Notas

- ⁴ Trecho de uma entrevista da autora à Estação de Rádio France-Culture.
- ⁵ Editado em português sob o título de *Mais*, ainda. Ver LACAN, 1982.
- ⁶ *Seminário, Livro 21: os não-tolos erram (1873-1974)*. Inédito. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁷ LACAN, J. Em *Seminário, Livro 16: de um outro ao Outro*. Aula de 27 de novembro de 1968. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁸ No *Seminário, Livro 9: a identificação*. Aula de 21 de março de 1962. Inédito. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁹ Cf. *De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de la psicosis*. 1955/1956, p. 242. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ¹⁰ Id., *ibid.*, p. 243, grifo do autor.
- ¹¹ Alingua – Esta apresentação aglutinada da expressão “a língua” serve para marcar a diferença entre o campo da linguística, esta que tem como objeto “a língua”, a qual assegura a comunicação e os pactos sociais e a psicanálise, quando propõe que existe “alingua” no inconsciente e que o saber é “alingua em função” (Jacques Lacan,

Seminário 17, O avesso da psicanálise, 1959-60), se expressando nos lapsos, nas homofonias e outros eventos extraídos da fala de um sujeito. As dimensões da fala e da linguagem ficam aí realçadas em suas estruturas e leis, como por exemplo, a possibilidade de pensarmos a separação do significante do significado, conduzindo-nos a pensar cada significado em função do significante que o produz, além do reflorescimento da produção de sentidos.

- ¹² LACAN, Jacques. Seminário, Livro 18: d'un discours qui ne serait pas du semblant (1970-1971). Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ¹³ Id., Ibid.
- ¹⁴ Ver LACAN, Jacques. Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. Capítulos XVI e XVII.
- ¹⁵ Ver LACAN. Seminário, Livro 14: a lógica do fantasma. Aula de 21 de dezembro de 1966. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ¹⁶ Ver Lacan, ibid.
- ¹⁷ Id., ibid. Aula de 18 de janeiro de 1967.
- ¹⁸ Id., ibid.
- ¹⁹ _____. Os Nomes do Pai. Seminário inédito. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ²⁰ Id., ibid.

CAPÍTULO II

Do gozo

Não tem como explicar, é uma coisa que passa pela gente como se o corpo naquele momento desaparecesse, como se a gente transcendesse do corpo. Tudo acontece muito ligeiro e quando passa o efeito é como se começasse de novo a vontade, a procura da droga, a urgência de usar, a impossibilidade de esperar muito. Nisso a gente passa horas, dias, até o organismo pedir para parar; aí a gente pode ficar pela rua ou, se conseguir, voltar para casa.

(Usuário de crack atendido no CETAD)

Etimologia do conceito de gozo

Na língua portuguesa, a acepção do termo *Gozo* está vinculada a “gosto, satisfação, prazer, deleite”, assim como a “posse ou uso de alguma coisa de que advêm satisfação, vantagens, interesses” (NOVO DICIONÁRIO..., 1986, p. 453).

No alemão, encontramos o termo *Genuss* para designar *deleite, fruição*, num sentido diverso de *Lust*, que enfatiza mais o “processo e a sensação de ser afetado/estimulado/sensibilizado corporalmente nas suas sensações” (HANNIS, 1996, p. 200). A sutil diferença entre esses dois termos subjaz na utilização do termo *Genuss* para fruição e plenitude, para o que o termo *Lust* tem uma aplicação mais restrita.²¹

Breve revisão histórica do percurso da acepção de gozo na obra de freud

Quanto à designação dos termos *Genuss* e *Lust* para significar prazer, verificamos, na obra freudiana, o uso indistinto dos dois termos. No texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud escreve: “[...] Em consequência dessa aversão, caso sejam homens, tornam-se incapazes de praticar o ato sexual ou pelo menos não encontram nele nenhum prazer [*Genuss*]²² (1976, v. 7, p. 136).

Mais adiante, no texto “O mal-estar na civilização” aparece outra acepção do termo *Genuss*: “Vimos que a ordem e a limpeza constituem exigências importantes de civilização, embora sua necessidade vital não seja muito aparente, da mesma forma que se revelam indesejáveis como fonte de prazer [*Genussquellen*]²³ (FREUD, 1976, v. 21, p. 117).

A utilização do termo *Lust* aparece, notadamente, nos textos em que é associado à noção de disposição (além de *prazer*), estando também vinculado às agradáveis ou desagradáveis percepções sensoriais corpóreas (desprazer: *Unlust*). Freud também utiliza a palavra conjugada a outros termos associados com pulsão (*Trieb*) e com pressão (*Drang*). (FREUD, 1976, v. 8, p. 180).²⁴

Uma acepção mais aproximada ao sentido de gozo, no sentido lacaniano, surge no texto “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, cuja ênfase na *repetição* do dito chistoso assinala o efeito de gozo nele implicado:– “[...] – onde entra a questão da repetição de um chiste que não foi produzido pelo próprio narrador – compensar-se da perda de prazer [*Lusteinbusse*] causada pela falta de novidade do chiste”²⁵. (FREUD, 1976, v. 8, p. 180)

Essa repetição comporta a incessante mobilidade do objeto causa do desejo, na sua insistência em reencontrar o objeto perdido, pondo a ênfase sobre a transferência retórica e linguajeira do investimento libidinal.

Nesse sentido, podemos explicitar que aquilo que o sujeito perde – no fechamento do circuito consagrado pelo riso – subsiste através de um *mais*, na tentativa de recuperar um fragmento de prazer experimentado pelo sujeito como algo que o identifica naquela transmissão do dito espirituoso. Contudo, nessa tentativa de recuperar ou de repetir o mesmo, o sujeito não será mais idêntico a si mesmo. No chiste, não há simetria no movimento das representações com um conteúdo representado; trata-se, na conceitualização freudiana, de um circuito onde as representações se dirigem a uma terceira pessoa:

Tudo que, nos chistes, objetiva a obtenção de prazer é calculado visando à terceira pessoa como se houvesse na primeira pessoa obstáculos internos intransponíveis. Isso nos dá uma inteira impressão de quanto é indispensável a terceira

pessoa para a complementação do processo chistoso. (FREUD, 1976, v. 8, p. 180)

As representações inconscientes, cujo terceiro termo comparece como autenticação, são permeadas pelo prazer que excede na comunicação do chiste, onde o sujeito esbarra na verdade inconsciente (o instante do riso) e cai, no momento posterior, com uma perda inerente do prazer.

Em 1920, no texto “Além do princípio de prazer”, encontramos uma explanação mais detalhada acerca da noção de repetição, em sua associação ao gozo, especificada como *compulsão à repetição* (*Wiederholungszwang*). Questiona-se Freud: “Como se acha a compulsão à repetição – a manifestação do poder do reprimido – relacionada com o princípio de prazer?” (FREUD, 1976, v. 18, p. 180). Sua indagação se refere à constatação de que a compulsão à repetição está atrelada justamente àquilo que foi experimentado como desprazer pelo ego e que provém dos impulsos instintuais reprimidos.

Em outro momento do mesmo texto, Freud estende a acepção da expressão compulsão à repetição aos “[...] sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar” (FREUD, 1976, v. 18, p. 33). Nesse último, a introdução do *fort-da*²⁶ como paradigma do ato repetitivo do brincar (o jogo de desaparecimento e retorno do objeto) complementa a observação sobre a obstinada insistência do ego em colocar a satisfação do seu lado diluída na aporia de que a iminência desagradável da perda do objeto conduz à repetição do ato, como tentativa de simbolização dessa perda.

No caso dos sonhos traumáticos, Freud postula a incidência de “forças motivadoras” concernentes à compulsão à repetição, “[...] algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina” (1976,

v. 18, p. 36). A essas forças, que foram postuladas a partir da sua segunda teoria das pulsões, em 1920, Freud denominou *pulsões de morte*. Essa segunda teoria assimila as pulsões sexual e de autoconservação à pulsão de vida, contrapondo-a à pulsão de morte, a qual, originalmente, representaria a tendência de todo ser vivo para retornar ao estado anorgânico, ou seja, a fazer “[...] remontar a origem de uma pulsão a uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas” (1976, v. 18, p. 78). A elaboração de uma outra lógica do funcionamento psíquico – o mais além do princípio de prazer – se articula à pulsão de morte no ponto da perturbação do princípio de prazer.

Ainda no seu texto “Além do princípio de prazer”, Freud assinala que a pulsão de morte marca uma diferença na intervenção psicanalítica, que atravessou o tempo do deciframento do inconsciente pela interpretação, passando, posteriormente, pelo objetivo de comunicar uma construção para vencer as resistências e recuperar uma lembrança, chegando à pulsão de morte, que marca que o domínio da representação não é tudo - há algo que repete, mais além do princípio de prazer.

A injunção da pulsão de morte – força dissonante ao princípio do prazer – está presente na dimensão do risco de vida presente nos excessos, nos quais situamos as toxicomanias.

Principais eixos da teoria do gozo em Lacan

O emprego do conceito de gozo acha-se enraizado no Seminário 7 – *A ética da Psicanálise* (LACAN, 1988), no qual é definido como *curta e tripudiada* satisfação de uma pulsão. Trata-se aí, com efeito, da retomada do mito primordial encenado em *Totem e tabu*, de Freud (1976, v. 13), no qual o assassinato de um pai, que gozará de forma plena e absoluta de todas as mulheres, con-

figura o tempo essencial de instituição de uma lei através do retorno à identificação ao pai pelo viés do amor, após a consumação do ato. O assassinato do pai reforça a interdição e incrementa a aliança dos filhos em torno de um pacto inaugural que os identifica a uma lei: a lei definitiva da proibição do incesto que obriga os filhos à abstinência, inibindo as pulsões sexuais quanto ao fim.

O paradoxo dessa posição quanto ao gozo reside no fato de que:

[...] tudo está aí, e é justamente isso, tanto no fato quanto na explicação, a falha. O obstáculo sendo exterminado sob a forma do assassinato, nem por isso o gozo deixa de permanecer interdito, e ainda mais, essa interdição é reforçada. Esta falha interditiva é, portanto, sustentada, articulada, tornada sensível pelo mito, mas é, ao mesmo tempo, profundamente camuflada por ele. O importante é ater-nos no que a falha comporta. Tudo o que a transpõe constitui objeto de uma dívida no Grande Livro da dívida na Lei. (LACAN, 1988, p. 216)

O exercício do gozo engloba algo da ordem de uma dívida simbólica, na medida em que se exige um preço para o gozar. No imaginário, essa dívida comparece como culpa. O contraponto da proibição é o fascínio pela transgressão cujo exercício implica, porém, o reconhecimento da lei. Desse modo, o gozo compreende uma restrição; o único gozo sem limites é aquele referido ao pai primevo mítico. A lei instaura o obstáculo ao gozo, ao mesmo tempo em que aponta para sua transgressão. Vale ressaltar que já está implícita, em Freud, a ideia de que o gozo se funda sobre a lei²⁷.

No que se refere ao sentido jurídico do termo gozo, podemos nos reportar a Lacan:

[...] O usufruto quer dizer que podemos gozar de nossos meios, mas que não devemos enxovalhá-los. Quando temos usufruto de uma herança, podemos gozar dela, com a condição de não gastá-la demais. É nisso mesmo que está a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo. (LACAN, 1982, p. 11)

O sentido do utilitarismo dos objetos de gozo, dos objetos que pertenceriam a outros, ou seja, do *direito-ao-gozo* apela à questão do gozo em sua relação com o semelhante, visto que situa o gozo no campo do outro e com a lei.

Através do mandamento de Moisés, que ordena o amor ao próximo, poderemos, finalmente, evidenciar a questão retomada por Lacan, a partir de Freud, de que o gozo está fundado sobre a lei, ou seja, que é a própria letra do interdito que permite a passagem do gozo. O desejo, por sua vez, está em relação direta com o *não* da proibição.

O discurso sobre o utilitarismo evoca a discussão acerca da ética, no que tange à relação existente entre o útil e o gozo. Certamente, a noção do bem, do bem que me concerne, situa o paradoxo do gozo:

O que quero é o bem dos outros, contanto que permaneça à imagem do meu [...] Talvez esteja aqui o sentido do amor ao próximo que me poderia tornar a dar a verdadeira direção. Para isso seria preciso enfrentar que o gozo de meu próximo, seu gozo nocivo, seu gozo maligno, é ele que se propõe como o verdadeiro problema para o meu amor. (LACAN, 1988, p. 229)

A captação do gozo no nível do outro (*meu próximo*) pressupõe que esse outro participe de uma forma de gozo inaugurando um funcionamento que teria por base a relação de agressão erótica ao semelhante, fundamento do narcisismo. Isso implica colocar em evidência a concepção de que:

o outro lhe serve apenas como instrumento para o incremento da auto-imagem, podendo ser eliminado como um dejetos quando não mais servir para essa função abjeta [...] construindo pequenos pactos em torno da possibilidade de extração do gozo do corpo do outro. (BIRMAN, 1998, p. 25)

Então, “o sujeito se aperceberá de que seu desejo é apenas vão contorno da pesca, do fígamento do gozo do outro – tanto que, o outro intervindo, ele se aperceberá de que há um gozo mais além do princípio do prazer” (LACAN, 1979, p. 174).

No seminário *A ética da psicanálise*, Lacan (1988) delimita outro paradigma para o gozo, demonstrando o vínculo com o lugar do *vacúolo de gozo*, lugar real que indica a impossibilidade da realização do gozo sexual, em virtude da interdição do gozo do corpo materno. Esse lugar vazio – da Coisa (*das Ding*) – não é simbolizado nem simbolizável:

Pois esse *das Ding* está justamente no centro, no sentido de estar excluído. Quer dizer que, na realidade, ele deve ser estabelecido como exterior, esse *das Ding*, esse Outro pré-histórico impossível de esquecer, do qual Freud afirma a necessidade da posição primeira sob a forma de alguma coisa que é *entfremdet*, alheia a mim, embora esteja no âmago desse eu, alguma coisa que, no nível do inconsciente, só uma representação representa. (BIRMAN, 1998, p. 91-92)

Compete ao simbólico a configuração de uma borda “extima” (exterioridade íntima) dos orifícios que cercam o objeto **a** contornado pela pulsão, promovendo algo ao nível da pulsão sexual. O célebre aforismo lacaniano “Não há relação sexual” nos interpela a nível da inexistência de um significante sexual, esse que promoveria a relação entre dois sexos (LACAN, 1982, p. 14). Essa impossibilidade de estabelecer o UM – correlato da relação sexual – determina uma virada da posição quanto ao Outro. A ausência de um

significante sexual situa o Outro como lugar da *Urverdrängung*, do recalçamento originário, fundando a ordem simbólica.

O gozo mítico, absoluto, pertence à pulsão de morte. O gozo que nos é acessível está subsumido pelo significante fálico, significante que representa a ausência da relação sexual que faz limite ao gozo, barrando-o. O que se obtém nessa operação é a instituição de uma outra lógica, a do gozo sexual, cujo acesso está regido pelo predicado fálico, essa “[...] estranha combinatória do real do gozo com o simbólico do significante – o que de morte se impõe à vida”. (TOLIPAN, 2002, p. 212)

Na virada do gozo ao saber, o Outro se institui como morada do dizer, lugar onde *isso* se sabe. O contorno da pulsão cerca o objeto **a**, designando o buraco esvaziado de gozo. “O gozo enquanto sexual é fálico, quer dizer, ele não se relaciona ao Outro como tal.” (LACAN, 1982, p. 17-18). Por conseguinte, o liame do sujeito ao Outro intermediado pelo gozo fálico comporta uma distinção fundamental entre o gozo fálico – esse que faz obstáculo ao gozo do corpo da mulher, apontada como não-toda – e o gozo do corpo, regido pelo UM da relação sexual. Segundo Lacan, “[...] é por isso que o superego, tal como apontei [...] com o *Goza!*, é correlato da castração, que é o signo com que se paramenta a confissão de que o gozo do Outro, do corpo do Outro, só se promove pela infinitude” (LACAN, 1982, p. 16). O gozo do Outro é esse gozo infinito, não barrado, correlato da função do pai da horda, função de exceção desse Um que não está submetido à castração, sob cuja égide se erige o universal da lei.

O termo desejo em sua articulação ao gozo

Consistindo o Nome-do-Pai o ponto pivô ao redor do qual gira todo o campo da subjetividade, como nos referirmos à transmis-

são do Nome-do-Pai, no que alude à transmissão da castração no campo das toxicomanias? Estaria o toxicômano embaraçado na determinação do seu desejo?

“A castração quer dizer que é preciso que o gozo seja recusado para que ela possa ser atingida sobre a escala invertida da Lei do desejo” (LACAN, 1978, p. 310). Esse enunciado de Lacan sugere que a trilha do desejo só se delinea pela recusa do gozo. Tal distância está sedimentada na concepção de gozo como desvio ou transgressão a uma lei que designa o próprio campo da existência do sujeito.

Como um ato psíquico, consideramos que, também, a drogadição importa uma força pulsional e, como tal, pode ser direcionada a um *sujeito suposto saber*, o que culmina na retomada constante da abordagem sobre o desejo. O registro do pulsional implica o desejo e seu processo em termos de alienação às demandas e acentua a inadequação quanto à realização do desejo e à falta. O desejo, segundo Lacan, não é apenas a representação sexual e imaginária de uma perda, mas uma forma encontrada pelo sujeito de se identificar com a perda. O gozo comparece como aquilo que, supostamente, preencherá essa falta.

Clinicamente, temos um dado interessante a observar: o sujeito do gozo tem relação com o sujeito instituído na marca engendrada pela perda; por conseguinte, a delimitação da distância entre desejo e gozo pode ser concebida apenas como paradigma teórico. A pulsão corresponde ao ato pelo qual o sujeito desejante força, em si mesmo e no outro, o sonho de completude de que se sustenta o amor. O curto-circuito pulsional, no campo das toxicomanias, obtura o endereçamento dessa demanda ao outro, na posição de parceiro sexual, colocando a droga no limite onde se infiltraria o saber. Mas o saber pode ser tomado no que ele se refere ao gozo, por relação ao que se efetiva na aparição de uma perda. Se falamos em dimensão clínica, é porque essa elaboração

só se sustenta e se fundamenta, no discurso analítico, sob transferência, no qual o objeto de desejo poderá vir a deslizar, na aporia da indexação do sujeito ao objeto promotor de gozo.

Apostar no desejo é percorrer o roteiro congelado dos significantes, no sentido da droga, tomando, o sujeito, *a priori*, o partido da perda, da falha e da cisão, para si mesmo e para o Outro.

Desejo e gozo, desejo e pulsão se apresentam tendo como dobradiça essa dupla articulação do objeto **a**, por um lado, com a função de causa do desejo e, por outro, com a função do mais-degozar. Ambas as dimensões remetem ao objeto **a** em sua dimensão de real.

A abordagem do conceito de gozo como função de linguagem

No texto “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905) faz alusão à experiência de satisfação obtida de forma anômala ao objetivo sexual normal, caracterizando esse processo como sendo da ordem de uma “inversão” (1976, v. 7, p. 136). Sublinha, nesse recorte, o fato de já notar a dissonância entre a natureza – em sua prerrogativa de preservação da espécie e a escolha do objeto sexual de um sujeito.

A referência à noção de causalidade, para a Psicanálise, é concebida, desde seus primórdios, como distinta de uma causalidade natural e aponta para as variáveis que coexistem e instauram os discursos; os discursos estão regidos pela multiformidade das representações, objetivadas ou não, que são comunicáveis dentro de uma cultura. A integração das formas de comunicação está subordinada, entretanto, a uma lei diferenciada da ordem instintual, cuja disparidade faz proliferar os caracteres míticos, enigmáticos, de desconhecimento sobre o objeto, erigindo um

complexo de atividades, repetições, permutas, identificações, inições enraizadas na configuração psíquica fixada nesse complexo. Contudo, esse processo dialético não seria possível sem a linguagem, na sua dimensão essencial de engendramento contínuo de rupturas com o sentido positivista lógico e de discordâncias à referência natural e social.

Em um momento da sua obra, Lacan reitera a impossibilidade de se encontrar objetivos naturais nos seres humanos:

A natureza, como toda noção que nos chega ao espírito, é uma noção excessivamente vaga. A neurose não é natural, a não ser na medida em que, em um homem, há um simbólico. Da natureza da natureza nada pode ser dito senão que há alguma coisa que imaginamos que possamos dar conta por intermédio do orgânico, isto é, pelo fato de que hajam seres vivos. Mas, que hajam seres vivos, não só não é óbvio como é preciso elucubrar toda uma gênese, ou seja, o que se tem chamado de genes, seguramente quer dizer alguma coisa, mas isso não é mais que um querer dizer. Não temos, de modo nenhum, certeza se esse jorro de linhagem é evolução ou criação. A elucubração criacionista não é melhor que a elucubração evolucionista, porque, de qualquer modo, isso não é mais que uma hipótese.²⁸

Como corolário das afirmações anteriores, podemos considerar a posição do sujeito como efeito ou resultado de um percurso que implica a construção de um sistema (a estrutura), correlato à apreensão dos seus efeitos nas malhas da linguagem – essa que marca a ruptura com o organismo, separando o humano da natureza e cava a profunda dissonância entre o objeto da necessidade (objeto natural de satisfação) e o objeto do desejo – corroborando, ainda, a hipótese da excentricidade do desejo com relação à consciência, paradoxo intransponível da não-identidade perceptiva quanto ao objeto que satisfaria plenamente um sujeito.

Assim, postulamos a respeito do gozo que, quaisquer que sejam as teorias fornecidas pelas ciências e tecnologias pragmáticas que pretendam recortá-lo, ou explicá-lo, é tácita a conclusão de que a Psicanálise busca as idiosincrasias cravadas nos modos de gozo, cuja ressonância é originária do significante sobre o corpo, visto que nenhum animal é sensível à incidência do significante e do dizer.

Significante e gozo: Conexão ou disjunção?

Lacan já advertira, desde o começo do seu ensino, que nem tudo é significante, porque a Psicanálise também situa o real, que é impossível de ser totalmente simbolizado, e no qual também está incluído o gozo.

A intervenção do significante nos campos em que a inunção do gozo se mostra absoluta – como nas toxicomanias – abre a trilha em direção a uma pergunta fundamental: como conceber, na clínica das toxicomanias, a imbricação do significante com o gozo? Tratar-se-á de uma tentativa de domesticação do gozo, de uma ortopedia pedagógica? Ou de uma reinclusão do significante no gozo, como forma de barrar o gozo que transborda? Como se processa a articulação entre uma operação significante e suas consequências sobre o gozo do sujeito?

Retomando Lacan, no Seminário 17:

O significante se articula por representar um sujeito junto a outro significante. É daí que partimos para dar sentido a essa repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa o gozo. O saber mostra aqui sua raiz porquanto na repetição, e sob a forma de traço unário, ele vem a ser o meio de gozo. É no lugar dessa perda de gozo, introduzida pela repetição, que vemos aparecer a função do objeto perdido,

disso que chamo **a**. O que é que isso nos impõe? Não pode ser outra coisa senão essa fórmula pela qual, no nível mais elementar, o da imposição do traço unário, o saber trabalhando produz, digamos, uma entropia. (1992b, p. 46)

Essa entropia denota a introdução do significante como *aparelho de gozo*, ou seja, o *quantum* de trabalho, de saber trabalhando, de que deriva, inicialmente, o traço unário e, posteriormente, tudo o que se pode articular de significante. O desperdício, o resíduo dessa operação, Lacan denomina como mais-degozar, esse gozo a recuperar cujo movimento e incidência revelam a determinação significante no destino do ser falante. “O ser humano é assim chamado porque nada mais é que o húmus da linguagem, só tem que se emparelhar, digo, se apalavrar com esse aparelho de gozo” (1992a, p. 46).

Somos muito inclinados a separar significante de gozo, geralmente movidos por um didatismo que, nesse caso, lança a discussão em outro sentido, que não aquele apontado por Lacan. Se considerarmos a questão sob o prisma da conexão significante-gozo teremos de introduzir a formulação do “aparelho de sintoma”²⁹, que é justamente o instrumento possível dessa conexão. Se o tóxico se faz de parceiro que supre ao Outro que não existe, esse parceiro-sintoma é a construção do sujeito que faz laço social, como sólida relação de objeto, formado a partir do nó de gozo engendrado pela articulação significante.

Compulsão à repetição e ato significante

Conceito eminentemente clínico, a compulsão à repetição indica que, ao repetir o mesmo ato, o sujeito não será idêntico a si mesmo, posto que, ao se repetir, se inscreve como distinto³⁰. Entendemos por repetição a produção de diferenças, ou seja, algo

que diz respeito a uma singularidade porquanto inserido na ordem do significante.

Essa noção da diferença, que se inscreve pela articulação do S1 ao S2, ou seja, diferença produzida pela *insistência* da cadeia significante, nos leva a concluir que o sujeito é pura diferença, definição que também se aplica ao significante; a inscrição da diferença estaria pautada na compulsão à repetição, cujo suporte é, portanto, o significante.

A repetição é questão fundamental para o sujeito e não se confunde com reminiscência; também não visa à totalização ou fechamento do ato constituinte e constitutivo do objeto. O contorno do objeto – que não coincide com complementação – é o próprio circuito da pulsão, na medida em que ela rodeia o objeto mas nunca o atinge, justamente, porque é um objeto negativo e ausente. Se, a princípio, o sentido está enclausurado na repetição do ato – na perspectiva da ausência da mediação simbólica – devemos possibilitar o esvaziamento do sentido, permitindo ao sujeito interrogar e assumir o próprio desejo. Nessa vertente, a busca do objeto, inicialmente positivado e tangível, cai negativizado como suporte de uma falta, remetido à função desejante, que faz ato em uma cadeia significante.

A repetição diz respeito à tentativa fracassada de encontrar a Coisa (*das Ding*), uma experiência que culmina por ensejar o lugar do sujeito, nesse paradoxo que envolve a tentativa de reencontrar o objeto – função do que Lacan denomina “unidade unificante (*Einheit*)” – e a diferença, “unidade distintiva (*Einzigkeit*)”. Se “a função que damos ao UM não é mais aquela do *Einheit*, mas o *Einzigkeit*, é que passamos das virtudes da norma para as virtudes da exceção que é a novidade da análise”³¹. Lacan assinala, ainda, o UM da série significante na repetição, o qual denota a incidência de uma ordem que deve ser pensada como possibilidade de uma contagem, em detrimento da noção de unidade.

O paradoxo do processo de unificação com o Outro através da adesão ao objeto reside na constatação de que seu maior efeito é produzir o furo inerente ao ato de repetição. O vazio da satisfação, como furo no real – furo que pode se tornar subjetivável pelo significativo – remete à concepção do encontro sempre faltoso do real. O real é o que se repete, o impossível, o que falta ao encontro marcado: “O que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz – a expressão nos diz bastante sua relação com a *tiquê* – como por acaso” diz Lacan que designa o autômaton como a rede de significantes, entendendo a *tiquê* para além do autômaton:

O real está para além do autômaton, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio de prazer. O real é o que vige sempre por trás do autômaton, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida. (1979, p. 56)

No processo contínuo de repetição de um acontecimento psíquico, uma lembrança, etc., se contorna o real, uma vez que o essencial do recalcado não é recordado. Nesse movimento entre “o que não cessa de não se escrever” (LACAN, 1982, p. 127) e a complexidade dos encontros faltosos se institui o sujeito, na temporalidade própria do circuito pulsional que o produz, na insistência do inconsciente na cadeia significativa.

A compulsão à repetição é, por conseguinte, a insistência da cadeia significativa, na reiterada e fracassada tentativa de procurar os traços da impossível vereda que se constrói desde o recalçamento, indicando o apego do sujeito a certos significantes. Como diz Lacan, o inconsciente insiste, repetindo.

A repetição aparece em ato e é constituinte e constitutiva do sujeito, na medida em que erige a função do inconsciente como *corte em ato*. Todo ato é um corte em uma continuidade. O corte em ato implica um efeito significativo, porque todo significativo é

diferença. Ele permite a incidência de uma certa ordem, conforme dissemos anteriormente, inaugurando o UM, ou seja, o primeiro elemento da série. Repetir é fazer ressurgir o traço unário, esse que funda a direção do sujeito humano rumo ao objeto; a função da repetição, por conseguinte, estrutura o mundo dos objetos.

Partindo do princípio de que o efeito de retorno concerne aos signos, o encontro com a droga localizaria – através dos jogos dos signos que uniformizam o sujeito a um determinado produto – o para além da fantasia, trazendo à luz a função da tiquê, portando a presença irreduzível do real, esse que funda o mundo enquanto realidade (*Wircklichkeit*).

Não obstante a efetividade das representações de objeto (objetos substitutivos) no ato toxicômano, essas não provêm de um ato criativo, mas de um *acting-out* contínuo e monótono, fazendo supor que a construção fantasmática retira elementos de representação da realidade psíquica, sem, contudo, caracterizar a incidência do significante no real da repetição da cena fantasmática, um mecanismo que denota o curto-circuito metafórico-metonímico da construção do Outro. Esse aspecto concernente à ideia da repetição como constitutiva do mundo dos objetos obterá maior detalhamento no capítulo a seguir.

Vale ressaltar que o efeito suposto de unicidade no âmago da repetição sistemática do uso de uma substância psicoativa aponta para a incidência repetitiva do real, presentificando algum significante, através daquela ação, uma vez que podemos escutar como significante aquele ciclo de comportamento real que se apresenta em seu lugar, estabelecendo sempre uma diferença essencial com o referente, o que equivale dizer que o lado material da representação se diferencia do seu lado significacional.

O ato analítico incide sobre a continuidade dos signos, nos pontos onde o sujeito se cala, metaforizando o real, ou seja, pos-

sibilitando a criação de um novo sentido que possa conotar seu desejo. O ato analítico é um lugar lógico e, como tal, “coloca a questão de articulá-lo, de dizê-lo. O ato é, por sua própria dimensão, um dizer. O ato diz algo”³². E é do real que se produz em ato que o sujeito designa sua nomeação. Seria a toxicomania uma tentativa de nomeação do real?

O ato toxicômano incide sobre o mais além do princípio de prazer – enquanto limite imposto pelo limiar de franqueamento do princípio de *homeostase*³³ – nos convidando a conceber o sujeito como participante de uma entropia psíquica em que o desejo se fixa num ponto qualquer onde se opera a perda do objeto; é nesse lugar fundante da perda do objeto que surge o sujeito, produto da articulação S1 – S2. O ato toxicômano se repete aludindo ao lugar do significante que se acha coartado no ciclo do automatismo de repetição.

A questão da satisfação pulsional nas toxicomanias

A fundação do pulsional se define pela possibilidade do advento da diferença, da não coagulação do representante da representação no referente. A repetição do mesmo implica diferença, na medida em que inaugura o novo, ato criativo atado ao nó das causas em que estamos entrelaçados.

A montagem da pulsão alude à estrutura de linguagem cuja essência é definida pelo traçado do ato:

o objeto da pulsão deve ser situado no nível do que chamei metaforicamente uma subjetivação acéfala, uma subjetivação sem sujeito, um osso, uma estrutura, um traçado, que representa uma face da topologia. A outra face é a que faz com que um sujeito, por suas relações com o significante, seja um sujeito furado. (LACAN, 1979, p. 174).

Com base nessas premissas, temos que a busca da satisfação pulsional admite substituições, sendo mais inibida no seu fim, constituindo o modelo de busca capitaneado pelo desejo. A satisfação pulsional propriamente dita apela a um objeto do qual se abusa; o gozo diz respeito ao abuso; o gozo comanda o espetáculo. O traçado da pulsão está de algum modo atado à perspectiva de um gozo mais além do princípio de prazer, sustentado pela aposta de satisfação.

A pulsão está em relação direta com o real do gozo, na medida em que esse modula o elo do sujeito ao objeto enquanto não-relação. Isso se explica pelo caráter de velamento do objeto, posto que é apenas contornado pelo traçado da pulsão. Essa noção de velamento remete àquilo que da sexualidade se mostra à morte, ao gozo. Por conseguinte, os avatares da sexualidade são velamentos.

A satisfação pulsional, logo, a satisfação subjetiva, só é possível por intermédio de um dizer, de uma enunciação, função do significante que sempre aparece velada. Esse aspecto constitui um importante paradoxo na análise das toxicomanias, porquanto sinaliza em que medida a presença maciça da droga desvela a falta no Outro, um paradoxo que deriva dos mal-entendidos permitidos pela linguagem, cujo movimento pulsional incessante encerra a tentativa de cavar um furo no real e o uso da droga pode configurar como tal uma indicação, um sinal da fratura deste movimento. A hipótese lacaniana de que “o corpo que é afetado pelo inconsciente é o mesmo que constitui o sujeito de um significante” (LACAN, 1982, p. 194) nos serve aqui para indicar que o malogro da função de velamento da sexualidade (já vimos anteriormente que o exercício do gozo fálico é substituído pela droga) pode significar de certo modo um enunciado sobre a conjuntura de uma ética do movimento pulsional, cujo curto-circuito obedece à lógica do traumatismo do encontro com a falta

de significante no Outro. O que se institui com o parceiro-droga é a necessária suplência para este corpo-linguagem, sinal de que não se pode conceber um corpo senão como corpo de um ser falante.

Articulação do conceito de gozo nos registros imaginário, simbólico e real

No que concerne ao conceito de gozo, no conjunto da obra lacaniana, observamos que sua formalização está imbricada no modo como Lacan avança no seu ensino, discernindo diferentes momentos da sua produção. Rastrearemos o percurso do conceito demarcando-o nas vertentes imaginária, simbólica e real, anunciando os paradigmas que nos servirão, sobremaneira, para a discussão acerca do gozo nas toxicomanias.

A metonímia do gozo atravessa as diversas relações que o sujeito falante estabelece com o objeto desejado e com o Outro. Sabemos, desde Freud, que o caráter inassimilável do objeto organiza e vetoriza o trajeto da cadeia pulsional, a qual está articulada à linguagem. Nesse sentido, o objeto pulsional denunciaria as marcas da constituição do desejo, pautadas na relação com o Outro. O desfiladeiro significante representa o viés por onde se estrutura o endereçamento da demanda ao Outro e das possibilidades de satisfação mediadas pelo objeto. Neste contexto, o gozo encontra sua âncora no estilo inconsciente, a partir da trama significante inerente a um determinado discurso.

Partindo da apreciação de que o gozo está ligado à linguagem, retomemos a referência de Miller ao texto de Lacan intitulado “Intervenção sobre a transferência” (1978), onde ele afirma que “[...] a psicanálise é uma experiência dialética”, acrescentando que tal experiência “[...] se desenrola inteiramente nessa relação

de sujeito a sujeito, significando por aí que ela mantém uma dimensão irreduzível a toda psicologia considerada como objetivação de certas propriedades do indivíduo”. (LACAN, 1978, p. 88)

De maneira idêntica, Lacan ressalta no texto seguinte, “Função e campo da fala e da linguagem” (1978), que o estatuto da representação da comunicação, através do discurso, está calcado na noção de *intersubjetividade*, apólogo para a questão da relação sujeito a sujeito, cuja dissimetria será ratificada pela interpolação do Outro.

A dialética da intersubjetividade comporta, então, a concepção de uma *adequação ao discurso constituído* (LACAN, 1978, p. 104). A relação de sujeito a sujeito, considerados como dois *eus* autônomos, na qual um fala para o outro, caracteriza uma comunicação direta, desprovida de equívocos e sublinhada pela consciência das posições subjetivas de cada um. Mas é o código, para empregar este termo da teoria da comunicação, é o código, que reside no ouvinte, o que decifra e decide a verdade ou não do que se formulou, visto que implica uma submissão do significante ao significado. O significado é a ideia que se tem em mente e o discurso é mobilizado para comunicar o dito significado a quem escuta.

O princípio da não-equivalência, introduzida na relação sujeito a sujeito pelo Outro, é testemunhada pela posição do analista na transferência, visto que o “[...] analista-sujeito escuta essencialmente, pontua, interpreta e por aí decide o sentido”³⁴, de onde surge a fórmula de Lacan segundo a qual, na comunicação humana, o “sujeito, por esperar do outro que faça verdadeira sua mensagem, vai proferi-la sob uma forma invertida” (LACAN, 1978, p. 118). Esta proposição, portanto, indica que o Outro está presente, tornando-se “lugar da fala, lugar da linguagem, lugar da estrutura, lugar de todas as determinações do sujeito”³⁵.

Ora, se as determinações do sujeito estão situadas sob a égide da estrutura que o suporta ou acopladas a um lugar específico no discurso, como delimitar o paradigma do gozo no campo do imaginário, uma vez que este se opõe às noções de intersubjetividade e de dialética, posto que é descrito por Lacan como “estagnante, permanente e inerte”?³⁶.

Na tentativa de esclarecer tal questão, partiremos da relação do eu com a imagem do outro. A natureza propriamente imaginária da função do eu no sujeito faz com que este imponha “sempre ao outro, na diversidade radical de modos de relação, uma forma imaginária que se modelou ao sujeito: e essa forma não é outra que o Eu” (LACAN, 1978, p. 113). Uma configuração do Eu se constitui por identificação ao outro ou ao objeto, visando apreender o gozo suposto do semelhante. O objetivo pulsional não implica apenas o outro, mas ainda supõe o gozo deste outro:

Uma vez que sentir dor se transforme numa finalidade masoquista, a finalidade sádica de causar dor também pode surgir, retrogressivamente, pois, enquanto essas dores estão sendo infligidas a outras pessoas, são fruídas masoquisticamente pelo sujeito através da identificação dele com o objeto sofredor. (FREUD, 1969, v. 14, p. 150, grifo do autor)

Esta concepção segundo a qual o sujeito se apoiaria sobre o gozo que ele supõe no outro, faz realçar a noção da paralisação do gozo imaginário, pela identificação especular.

Por outro lado, a proposição da dissimetria do sentido para o sujeito e para o Outro nos conduz, conforme mencionamos anteriormente, à questão da demanda do Outro, naquilo que desta provém como demanda de satisfação. A realização do gozo, no nível do sujeito, deve ficar insatisfeita, malgrado suas tentativas de colmar a demanda proveniente do Outro com os estilhaços de

objeto oferecidos supostamente para serem gozados pelo Outro. Falamos aqui dos objetos parciais – “no sentido brilhante, sentido galante, *gal* no francês antigo” (LACAN, 1992, p. 146) – cuja evocação ao termo *ágalma*³⁷, ponto principal na experiência da psicanálise, parece-nos importante salientar. As funções de identificação do sujeito aos objetos são construídas no plano da pluralidade das imagens que os mesmos sustentam. Eles podem, inclusive, acenar à função da oblatividade, como uma das modalidades de resposta à demanda do Outro em que a mãe comparece como detentora deste dom que lhe oferece a criança. No campo da dialética anal, “tudo para o outro” se converte, posteriormente, numa vertigem da destruição do outro.

Lacan destaca, na dialética da relação ao Outro, “o acolhimento, a inscrição, a validação do sentido subjetivo que culmina no reconhecimento”³⁸. Aí podemos pensar numa possibilidade de satisfação, modelada pelo desejo de reconhecimento.

Em consequência da interdição da satisfação pulsional, na dialética simbólica, resta a articulação do gozo ao desejo, desejo originário de reconhecimento, mais além da necessidade. A lei do desejo veta o acesso à satisfação integral proveniente do objeto; entretanto, o desejo permanece cativo à retomada de um gozo do objeto perdido. As diversas modalidades de constituição dos objetos servem para fornecer ao Eu uma escora para a preservação de uma imagem reconhecida como sua.

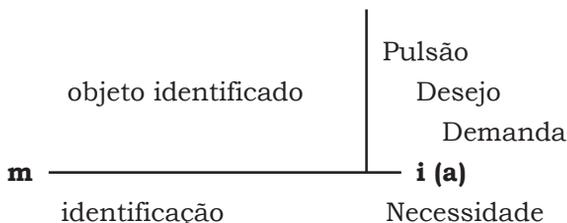
Não devemos reencontrar aqui esse indício de que responde a algum imaginário? Não é senão da vestimenta da imagem de si que vem envolver o objeto causa do desejo, que se sustenta mais frequentemente é mesmo a articulação da análise – a relação objetal. (LACAN, 1982, p. 125)

O encontro da necessidade com o Outro, este a quem a demanda se dirige, é atravessado pela cadeia significante, que tor-

na possível que um objeto especular venha a se constituir como *moi*, o Eu da imagem *i* (a).

A notação *i* (a) denota a designação do Eu enquanto imagem própria estabelecida pela identificação ao objeto demandado. Este objeto é ilusoriamente completado, gerando, no Eu, a suposição de que dele se pode gozar, o que equivale a dizer gozar de si mesmo enquanto outro:

[...] a imagem passivante através da qual o sujeito se faz objeto na cerimônia do espelho, não poderia com isso satisfazer-se posto que, mesmo alcançando nessa imagem sua mais perfeita semelhança, continuaria sendo o gozo do outro o que faria aí reconhecer. (LACAN, 1978, p. 115)



O que se constitui, nesse percurso, é a linha da identificação e do objeto demandado. No circuito da demanda, a concepção de um objeto total, cabível àquele que supostamente o apreendeu, parece ser o próprio fundamento da relação do sujeito com a droga, posto que é em torno desta *coisa*, inacessível em seu fundamento, vazia de representação (visto que não existe, no campo do humano, realização completa de uma satisfação) que o toxicômano se atém.

Uma vez que a necessidade fisiológica é capturada pelo universo simbólico, instaurando um mais além do referente (por exemplo, quando a mãe codifica, nomeia o choro como fome), pode-se,

mais uma vez, aventar a hipótese de que as toxicomanias tocam de perto a problemática da articulação do gozo com o significante, quando fracassa a instauração de uma determinada resposta a esse pedido de reconhecimento dirigido ao Outro, o qual está atrelado à condição de *desamparo* fundamental do ser humano (o *Hilflosigkeit* freudiano).

A necessidade, para o ser humano, sempre vira demanda, na medida em que todo pedido de satisfação só se faz com significantes, com palavras, embora nem toda palavra seja significante; uma palavra está enredada num “tesouro de significantes”, articulada a “[...] uma história, na medida em que ela constitui a emergência da verdade no real” (LACAN, 1978, p. 123). O gozo – adscrito ao campo do imaginário – intervém nas margens desta relação com as palavras, acentuando sua disjunção com o significante, posto que, nesta circunstância, o sujeito está afetado pela premência do objeto de satisfação. Para que a cadeia significante, efetivamente, opere, faz-se mister que “tenham sido perdidos os objetos que haviam trazido antigamente satisfação real” (FREUD, 1976, v. 19, p. 299). O desejo é o resultado da resolução sobre a perda do objeto de satisfação, quer dizer, do gozo que foi barrado.

Para a teoria psicanalítica, a noção de satisfação encontra seu limite no inacessível desta satisfação, cuja resolução é sempre de natureza mítica, logo, ficcional; evidentemente, sempre se atribui um objeto passível de ajustar-se a este intento de colmar a necessidade, mas é um projeto fadado ao fracasso e, assim, à repetição.

O pedido de objeto de satisfação encerra uma repetição, mas não se trata de repetir a experiência de satisfação, até porque seria repetir um objeto de satisfação que não houve, o que podemos corroborar acompanhando Freud em *Além do Princípio de Prazer*:

[...] a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instintuais que desde então foram reprimidos. (FREUD, 1976, v. 18, p. 34)

Voltando à questão dos momentos de cristalização do eixo imaginário $a \dots a'$ ³⁹, esta que corresponde aos instantes de formação de uma *montagem narcísica*, lembramos novamente que o narcisismo é a captação amorosa do sujeito a uma imagem e que esta imagem, o Eu, o sujeito adquire de si mesmo sobre o modelo do outro. A observação de Freud de que o Eu não existe *como unidade desde o começo*⁴⁰ faz convergir o caráter monótono, repetitivo desta alienação à imagem do outro e a incidência fundamental da relação primordial com a mãe, matriz da *Fase do Espelho*⁴¹.

Segundo Lacan, nesta Fase do Espelho, a mãe é percebida pela criança como uma imagem completa de si mesma, edificando uma dependência alienante e fundante, porque constitutiva. O resultado desta operação é a antecipação de uma imagem narcísica, devido à prematuração neurológica que, verdadeiramente, se constata nesta fase; antecipação de uma *Gestalt* prévia do que a criança será um dia. É interessante notar que as marcas de gozo já se insinuam nos interstícios da relação com este Outro materno ao qual o Eu da criança tende a se confundir, nas margens do discurso que enodam mãe e criança numa relação dual. A participação da criança como agente de gozo, nesse estado de assujeitamento ao Outro, é referendado no texto de Lacan “*A Família*”:

[...] observemos a criança que prodigaliza para um outro as suas tentativas de sedução: onde está o sedutor? Enfim, da criança que goza das provas da dominação que exerce e da

que se compraz em se submeter a isso, perguntemos qual é o mais submetido? (LACAN, 1981, p. 39)

Portanto, esta questão da alienação ao gozo do outro, pautada na identificação especular, permite-nos visualizar um litoral sumamente importante entre a abordagem da alienação implicada no desejo e esta alienação à imagem, noção radical quando se trata das toxicomanias.

Vale ressaltar que, como a imagem não se apresenta em totalidade, uma parte desta imagem especular permanece oculta: uma parte não especular e não significante (ou simbolizável), ou seja, o objeto **a**, objeto negativo. Este aspecto será novamente abordado e articulado no próximo capítulo.

A emergência do gozo, na experiência analítica, se manifesta quando ocorre uma ruptura na cadeia significante e, por conseguinte, um desfalecimento da elaboração simbólica, presentificando o objeto ao qual o eu está aferrado, numa colagem, sem a mediação do simbólico. Esta concepção introduz a noção de *frustração*, a qual está ligada a importantes derivações a partir do conflito edipiano.

O confronto da noção de frustração com as emergências do gozo imaginário, gozo cuja natureza de obstáculo, barreira, marca presença em algumas construções clínicas, como as toxicomanias, deve ser discutida à luz da vertente da satisfação de uma manifestação pulsional; denomina-se frustração à não-satisfação de uma pulsão. Na perspectiva energética freudiana, em 1895, a *experiência da satisfação* corresponde à totalidade de um processo pelo qual:

[...] uma pessoa prestativa efetuou o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, o qual se encontra numa posição, por meio de dispositivos reflexos, de

cumprir imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para eliminar o estímulo endógeno; esta experiência de satisfação tem as consequências mais decisivas para o desenvolvimento das funções individuais. (FREUD, 1976, v. 1, p. 422)

Já nesta fase da teorização freudiana, a *ação específica* está articulada à *pessoa prestativa*, ou seja, o outro provedor de uma satisfação pela liquidação das tensões por ab-reação do estímulo interno que causou desprazer. A frustração, então, estaria vinculada à ideia de obstáculo à satisfação libidinal, pela carência ou perda de um objeto capaz de oferecer satisfação.

Posteriormente, Freud postula o elo entre a experiência de satisfação pela realização do desejo, associando-o à ideia de identidade perceptiva quanto à satisfação de uma necessidade:

[...] um componente essencial desta experiência de satisfação é uma percepção particular (a da nutrição, por exemplo), cuja imagem mnemônica permanece associada, daí por diante, ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade. Em resultado do elo que é assim estabelecido, na vez seguinte em que essa necessidade desperta, surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará recatexizar a imagem mnemônica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Um impulso desta espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo [...]. (FREUD, 1969, v. 5, p. 602)

O trilhamento (*Bahnung*) que conduz à satisfação passa pelas representações mnemônicas que estão intrinsecamente vinculadas àquela alteração interna do aparelho psíquico chamada *necessidade*. Esta percepção do objeto capaz de prover a satisfação da necessidade produz a descarga da tensão acumulada pela via da ação específica.

Observemos, no texto citado, a noção de *alucinação do desejo*, implicada no movimento regressivo de trilhamento dentro do aparelho psíquico, cujo avanço em prol da desejada identidade perceptiva estabelece outros caminhos nesta tentativa de apegar-se ao objeto de seu desejo. Desde esta formulação sobre a *reevocação* da percepção, podemos também depreender a inscrição da *perda do objeto*, presente nesta tentativa de restaurar a identidade perceptiva.

Na Interpretação dos sonhos (1900), finalmente, Freud prescinde da referência à linguagem neuronal para delimitar o desejo em termos psicanalíticos: o desejo surge ante a reevocação de uma experiência de satisfação cujo traço se substitui no lugar do objeto faltante à satisfação. Contudo, esta noção freudiana de desejo inconsciente se confunde em outros textos com definições plurais de desejo que vão no sentido da intenção consciente e específica por um objeto empírico (desejo por alguém) até a multiplicidade de desejos conformadores dos sonhos, chegando, às vezes, a ser equiparado à definição de necessidade e exigência instintual. Para o propósito deste trabalho, utilizaremos o termo desejo como distinto de necessidade e oriundo da condição fundamental da perda irremediável do objeto, noção esta que representa a pedra angular do recalque originário (*Urverdrängung*).

O liame entre desejo e gozo merece ser revisto, neste íterim, uma vez que a problemática da *frustração* do gozo, concebida como não-satisfação, não é homóloga à problemática da *pulsão sexual*, onde a frustração adquire seu estatuto de incapacidade da pulsão de atingir sua finalidade, pelo arrefecimento das tensões internas, visto que é característico da frustração imaginária o fato de que o sujeito se frustra de um objeto que não é passível de pertencer ao próprio corpo. Lacan acrescenta a esta formulação o caráter *real* do objeto que está em jogo na frustração.

A frustração do gozo, para Lacan,

[...] não é em absoluto prenhe do que quer que seja [...] Não é a frustração do gozo que engendra a realidade. Não podemos fundar a mínima gênese da realidade no fato de que a criança tenha ou não o seio. Se ela não tiver o seio, tem fome e continua a chorar. Em outras palavras, o que é produzido pela frustração do gozo? Ela produz, no máximo, o relançamento do desejo, mas nenhuma espécie de constituição do objeto, qualquer que seja este. (LACAN, 1985, p. 127)

Em outras palavras, a configuração da experiência de frustração do gozo não se coaduna com a frustração do amor, na medida em que este responde a um apelo que é dom, isto é, algo mais além do objeto, condição de inscrição das primeiras impressões e fixações na anatomia imaginária do sujeito. A posição de desejo de um sujeito por um objeto real (o seio, por exemplo) está assentada, portanto, na imago deste objeto real, o qual se destaca do outro materno primordial, a mãe, na qualidade de objeto parcial.

O apelo primordial ao Outro corresponde ao primeiro tempo do Édipo, quando o sujeito demanda ao Outro um objeto que vai constituir um dom (o dom é algo que se pode ou não dar e que não depende, para isso, de nenhuma lei). Como diz Lacan,

[...] existe uma diferença radical entre, por um lado, o dom como signo de amor, que visa radicalmente a alguma coisa outra, um mais-além, o amor da mãe e, por outro lado, o objeto, seja qual for, que venha para a satisfação das necessidades da criança. (LACAN, 1985, p. 127)

Sublinhamos que a relação de amor está implicada numa intersubjetividade, do que depreendemos que a frustração do amor é realizada na realidade da relação mãe-criança. O que a frustração denota, portanto, é a função do apelo dirigido ao Outro, tomado como objeto “marcado e conotado por uma possibilidade de mais ou menos, enquanto presença ou ausência” (LACAN, 1985,

p. 127). Neste instante, os objetos que até este ponto eram objetos de satisfação se tornam objetos de dom.

A mãe, nesta posição de detentora de um dom, está em posição de interpretar esse apelo com um significante, endereçando a demanda à falta do Outro; o que o Outro oferece é sua falta sob a forma de seu dom. A dificuldade que se insinua nesta restituição da função de falta da demanda, cuja pura perda constitui o desejo, diz respeito à suposição de um Outro absoluto, o qual encerraria o saber do objeto da demanda. Esta figura absolutamente arbitrária – a mãe que pode dar ou não, sem estar sujeita a nenhuma lei – culmina por constituir um certo modelo ideal do que visam as tendências ou múltiplos revestimentos do eu. A figura do supereu ergue-se, neste contexto, é *obsceno e feroz* porque é imaginário; esse supereu é insaciável e manda gozar. O que significa submeter-se ao supereu? Responder à sua demanda: “o sujeito recebe sua mensagem de forma invertida”, ou seja, ele vira sujeito de sua própria demanda, sujeitado por seu próprio pedido. Pede e seu pedido é resposta. O pedido dele é resultado de que lhe é pedido algo. Há alguma instância nele que lhe demanda pedir mais e mais gozo, dando consistência e, mais ainda, existência a esse Outro.

Quanto à relação da demanda do dom com o eu que se dirige a um código, quer dizer, a um Outro não barrado lembramos a pertinência da inserção da problemática da frustração do gozo, visto que “[...] o que sucede à frustração do objeto de gozo na criança é uma dimensão original que se mantém no sujeito em estado de relação imaginária” (LACAN, 1885, p. 128). O conjunto das imagens se encadeiam em torno da forma do outro, imagem em torno da qual podem se agrupar e desagrupar os sujeitos, como pertinência ou não-pertinência. Este aspecto é de fundamental importância nas toxicomanias, onde a sua aposta vai na direção da construção de uma identificação a um ideal grupal.

A frustração do gozo do objeto, então, orienta o argumento sobre a existência de uma disjunção entre gozo e desejo operando no funcionamento toxicomaniaco e nos convoca ao aprofundamento desta particular relação ao gozo do Outro ressaltando, outrossim, o valor dado ao objeto que permeia a relação originária entre mãe e criança.

A questão que se levanta, agora, é a seguinte: como proceder à dialetização daquela relação, operação esta que possibilitaria o nascimento de uma ordem simbólica? Em outras palavras, qual seria a condição fundamental para fazer operar a conexão do significante ao gozo, enquanto substrato de uma estruturação simbólica? Retomando Miller, de que maneira os “elementos imaginários são suscetíveis de uma retomada simbólica”?⁴².

Pensamos que esta retomada feita a partir da noção de pulsão como estruturada em termos de linguagem, a descola da vinculação apenas ao gozo imaginário, quer dizer, da perspectiva de uma suposta adequação do objeto, numa relação direta.

Vimos, anteriormente, que a dependência à potência materna oferecia o acoplamento do par de opostos presença-ausência, o que permite o estabelecimento de uma escansão, ou seja, permite vislumbrar aquilo que, desde o real, se apresenta como não faltante, nem sequer buracos. Mas é graças ao buraco do simbólico que um buraco se converte em falta (falo simbólico, impossível de negativizar). O real golpeia e a droga funciona como tamponamento da emergência da angústia, determinando os modos de aproximação à droga. E, uma vez que se prova do gozo, não o soltamos tão facilmente – aderência real, pela impossível metaforização.

A vertente real do gozo conduz a pensar a dimensão do corpo também como suporte do gozo. Falar do gozo é falar do corpo. Lacan situa o corpo em um momento da sua teoria, no círculo do imaginário, mas nos assinala que na psicanálise se começa a

contar a partir do três. O corpo que se coloca no imaginário só adquire consistência quando está enodado ao simbólico e ao real, quer dizer, que é um corpo que não só se vê e se reflete senão que também, fala e é fundamentalmente um corpo **a** – sexuado. Vejamos algumas definições de Lacan:

Corpo não é saco de órgãos; corpo é nó. Que o nosso corpo seja de três dimensões é o que não deixa nenhuma dúvida.⁴³

Um corpo goza dele mesmo, ele goza bem ou mal, mas está claro que este gozo o introduz numa dialética onde é preciso, incontestavelmente, de outros termos para que isso tenha um fim, a saber, nada mesmo que esse nó.⁴⁴

Corpo é substância gozante. É a única coisa fora de um mito, que seja verdadeiramente acessível à experiência. Um corpo goza dele mesmo, ele goza bem ou mal, mas está claro que este gozo o introduz numa dialética onde é preciso, incontestavelmente, de outros termos para que isso tenha um fim, a saber, nada mesmo que esse nó [...] traço de nó, no corpo.⁴⁵

O real, a que ele tem a responder, se o gozo o interroga?

O real é isto que retorna sempre ao mesmo lugar [...] em um sentido enquanto que sabido: o sentido se sabe.⁴⁶

Na toxicomania, a colocação do corpo na vertente real revela a problemática da inexistência de recortes pulsionais, das zonas erógenas e do estabelecimento de bordas, ratificado pela experiência de gozo, onde o corpo se reduz a ser um mero cartucho do mesmo.

A busca de um gozo específico no corpo escapa ao sentido que esse corpo tomaria do ponto de vista do corpo erógeno, recordado pelas zonas erógenas. A droga se apresenta como uma solução ao gozo do corpo, anulando o gozo corporal; a existência da droga e sua provocação no corpo não tem, a princípio, uma cau-

salidade psíquica para este sujeito, nem está submetida a uma função fálica. Conforme assinalamos no capítulo I, a droga é o que permite romper o casamento com o “pequeno pipi” (expressão freudiana, extraída do caso Hans), romper esta relação a mais humana do ser humano, que é a função fálica.

O corpo se apresenta como lugar enigmático para o sujeito, pois o gozo do corpo funciona, apesar da palavra.

Testemunhamos, também, a colocação do corpo no ato toxicômico que se oferece ao olhar: o toxicômico oferece seu corpo nadificado, reificado, objeto caído, como resto, mas não inclui o espectador na cena. O aspecto real circunscreve o impossível de significar este corpo, atestando, também, o impasse de um gozo que esmaga um corpo que se impõe a doação deste impossível e que só pode subsistir desaparecendo.

O mais-de-gozar

Uma primeira definição do conceito de mais-de-gozar o aproxima ao Édipo, no que este ratifica o sentido da boa norma:

[...] o Mais-de-gozar está expressamente ali modulado como estranho à questão, se a questão da qual se trata é isso que se articula ali, realmente, com a lei? A lei sobre a qual se funda o Complexo de Édipo e da qual está totalmente claro, para qualquer extremo que se tome este mito, que o gozo se distingue ali absolutamente da lei; gozar da mãe está proibido, diz-se, e não é ir muito longe no que tem de consequências, isto é, que o gozar da mãe está proibido.⁴⁷

A toxicomania, como *efeito de discurso*⁴⁸, conserva os meios de gozar, enquanto implica o sujeito. O mais-de-gozar, identificado como uma das dimensões do objeto **a**, designa a perda irrecuperável de gozo que o ser sexuado padece.

A prática da droga se justifica na sua introdução no campo do gozo por um excesso de satisfação, instituindo-se como parceiro do sujeito, essencial e exclusivo. Aqui, então, verificamos a função de mais-de-gozar, vinculada à captura do objeto na satisfação pulsional. Sua função, portanto, se vincula com a recuperação da perda. Não se trata de transgressão, mas de articulação mesma com a castração, embora evoque uma ruptura com a economia da fantasia. O toxicômano não é um perverso, porque o perverso supõe o uso da fantasia, enquanto que a toxicomania é um gozo fora da fantasia.

Trata-se, efetivamente, de um sujeito sob um excesso que situa o corpo sob sua imposição, corolário de uma destruição, paradoxo do gozo, cujo fechamento impele o sujeito a um imperativo insistente, cuja égide o subsume.

Notas

- ²¹ A versão brasileira das obras completas de Freud (1976) optou pela aplicação genérica do sentido de prazer, tanto para Genuss quanto para Lust. Contudo, constatamos, no índice alemão, que os dois termos aparecem confundidos, embora se perceba uma notória incidência do termo Genuss associado a gozo, o que nos leva a decidir por essa tradução.
- ²² “[...] Als Männer sind sie dann durch Abneigung unfähig, den normalen Geschlechtsakt auszuführen, oder vermissen bei dessen Ausführung jeden Genuss“. Freud *Sexualleben* 7305. Bd V. Fischer Wissenschaft. (Seite 48, 127 e 200), “Instintos e suas vicissitudes” (v. 14, p. 146 e 160), “O problema econômico do masoquismo” (v. 19, p. 199-200; 203-4), “Moisés e o Monoteísmo” (v. 23, p. 139).
- ²³ “*Num haben wir gefunden, dass Ordnung und Reinlichkeit wesentliche Kulturansprüche sind, obgleich ihre Lebensnotwendigkeit nicht gerade einleuchtet, ebensowenig wie ihre Eignung als Genussquellen*“. Freud *Gesellschaft / Religion* 7309. Bd IX. Fischer Wissenschaft. Seite 227.
- ²⁴ Ver a esse respeito, Freud (1969): “Projeto para uma Psicologia Científica” (v. 1, p. 330-1); “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (v. 7, p. 127 e 200); “Os instintos e suas vicissitudes” (v. 14, p. 146 e 160); “O problema econômico do masoquismo” (v. 19, p. 199-200 e 203-4); e “Moisés e o monoteísmo” (v. 23, p. 139).

- ²⁵ “[...] [drittens] – bei der Wiederholung eines nicht selbstproduzierten Witzes – der Lusteinbusse durch Wegfall der Neuheit abzuhelfen“. Freud *Psychologische Schriften* 7304. Bd IV. Fischer Wissenschaft. Seite 146.
- ²⁶ A experiência do Fort-Da é descrita por Freud da seguinte maneira: “[...] O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia, era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-o-ó’ [fort]. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’ (ali). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno.” (1969, v. 18, p. 26).
- ²⁷ Ver a esse respeito o texto “Moisés e o monoteísmo” (FREUD, 1969, v. 23), onde Freud faz alusão ao mandamento da lei de Moisés, aquela que ordena o amor ao próximo: “Amarás ao próximo como a ti mesmo.”
- ²⁸ Ver LACAN, J. A tagarelice. In: _____. Seminário, Livro 2: o momento de concluir. Aula de 15 de novembro de 1977. Inédito.
- ²⁹ Cf. MILLER. A Conversação de Arcachon. 1998, p. 130.
- ³⁰ Ver, a esse respeito, as considerações acerca da repetição, apresentadas no Capítulo 3 do livro *Acaso e repetição em Psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*, de Luiz Alfredo Garcia-Roza, onde o autor cita Kierkgaard e Nietzsche. Sobre o primeiro, assinala que: “[...] a repetição propriamente dita [...] é produtora de diferenças. É nesse sentido que Kierkgaard afirma que é preciso entender a repetição no ‘sentido grego’, isto é, como algo que diz respeito a uma singularidade, singularidade esta que afirma a eternidade mas não a permanência. Não se trata de afirmar uma eterna repetição do ‘mesmo’, mas de mostrar que o eterno retorno de que nos falam os gregos aponta para o que podemos chamar de repetição diferencial. Os acontecimentos, quando repetidos, já não são os mesmos. A própria repetição de uma palavra não traz com ela a repetição do sentido” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 31). Mais adiante, Garcia-Roza menciona as características da repetição em Kierkgaard apontadas por Deleuze em sua obra *Différence et répétition*: “a repetição implica algo novo, estando vinculada a uma seleção e colocada como objeto supremo da liberdade e da vontade. Repetir não é contemplar nem lembrar, mas atuar; [...] trata-se de fazer da repetição como tal uma novidade, quer dizer, uma liberdade e uma tarefa da liberdade. Esta oposição entre o recordar e o atuar, vamos encontrá-la também em Freud referida à

questão da repetição. Para Freud, a repetição substitui a recordação, e se ela num primeiro momento é tomada sob um aspecto puramente negativo (como resistência), num segundo momento ela é considerada como o fundamento da transferência e produtora de novidade. A repetição se opõe às generalidades do hábito assim como às particularidades da reminiscência. Pela repetição, o esquecimento transforma-se numa potência positiva, e o inconsciente se converte em um inconsciente superior positivo” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 32-3). No que tange às concepções de Nietzsche, Garcia-Roza compreende que “[...] Nietzsche foi grande filósofo da repetição diferencial, o que faz dele um pensador trágico por excelência. O que se entende por ‘trágico’ aqui é a afirmação do acaso, repetição diferencial de uma afirmação que é um puro devir. Não há trágico naquilo que é absolutamente novo, o trágico implica a repetição. O trágico é a afirmação da afirmação, ele não é propriamente da ordem do acontecimento, mas da afirmação do acontecimento [...] Acaso e necessidade não se opõem, combinam-se numa unidade complexa, sendo a necessidade uma reafirmação do próprio acaso. Enquanto tal, ela é uma repetição diferencial - este é o sentido do eterno retorno de Nietzsche” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 33-4).

- ³¹ LACAN, Jacques. Seminário, Livro 9: a identificação (1961-1962). Aula de 21 de fevereiro de 1962.
- ³² LACAN, Jacques. Seminário, Livro 15: o ato psicanalítico. Lição VI, de 17 de janeiro de 1968; e lição X, de 28 de fevereiro de 1968. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ³³ “Quando Freud introduz pela primeira vez no Mais além do princípio de prazer o conceito de repetição como compulsão - Zwang - sua repetição - Wiederhölung - esta repetição é forçada Wiederhölungzwang, quando ele a introduz para dar seu estado definitivo ao estatuto do sujeito do Inconsciente. Se ela se chama mais além do princípio de prazer é precisamente nisto: que ela rompe com isso que, justo aí, lhe dava o modelo da função psíquica a saber: esta homeostase que faz eco àquela que necessita a substância do organismo que a redobra e a repete e que é aquela que no aparato nervoso ele define pela lei da menor tensão”. (LACAN, Jacques. Seminário, Livro 14: a lógica do fantasma (1966-1967). Inédito. Aula de 18 de janeiro de 1967.
- ³⁴ MILLER, J. A. A experiência do real na cura analítica. Curso 13. 24 de março de 1999, p. 1. Inédito.
- ³⁵ Id., *ibid.*, p. 2.
- ³⁶ Id., *ibid.*, p. 3.
- ³⁷ Conferir, no capítulo X, o desenvolvimento e aplicação do termo por Lacan (1992).

- ³⁸ MILLER, J. A. A experiência do real na cura analítica, p. 3.
- ³⁹ A formalização da instância imaginária, representada pelo eixo a_____a' pode ser encontrada no Seminário 2 (1954-55), sobre o eu, no Seminário 3 (1955-56), sobre as psicoses, estando mais amplamente configurada no esquema L (Lacan, J. *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 1966), onde Lacan ilustra a situação do sujeito em relação ao imaginário:

ESQUEMA L:



“Em S se situa o sujeito, articulado com o isso da segunda tópica de Freud; ele está do lado do Es e em oposição ao inconsciente, que está do lado do Outro; não é um sujeito total, pois se vê como unidade em a, registro do eu. Em a' há o semelhante, o outro especular. O eu é uma forma absolutamente fundamental para a constituição dos objetos. Em particular, é sob a forma do outro especular que ele vê aquele que, por razões que são estruturais, chamamos de seu semelhante. Esta forma do outro tem a mais estreita relação com o seu eu, ela lhe pode ser superposta, e que nós a escrevemos a'”. (Lacan, J. O Seminário, livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985, p 308)

“Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na linguagem comum, que considera os eus imaginários como coisas não simplesmente ex-sistentes, mas reais. Não podendo saber o que está no campo em que o diálogo concreto tem lugar, ele lida com certo número de personagens, a, a'. Na medida em que o sujeito os põe em relação com sua própria imagem, aqueles com que fala são também aqueles com quem se identifica”. (id., *Ibid*, p. 307)

Nesse esquema, Lacan opõe o imaginário à linguagem, afirmando que “é preciso distinguir um outro plano, que chamará de muro da linguagem (sistema organizado onde os objetos são denominados), o

que será modificado posteriormente quanto à posição do sujeito ao Outro. Trata-se de o sujeito descobrir progressivamente a que Outro ele verdadeiramente se endereça, quem são seus verdadeiros fiadores e que ele não reconheceu?”. (Id., Ibid,p. 311)

- ⁴⁰ Ver a esse respeito o texto Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). (FREUD, 1969, v. 14, p. 93)
- ⁴¹ Ver Comunicação apresentada em 1936, no Congresso Internacional de Marienbad e publicada em *Écrits I*, 1966.
- ⁴² Ver em MILLER, J.A. A experiência do real na cura analítica, p. 5.
- ⁴³ LACAN, J. Seminário, Livro 22: RSI. Aula de 14 de janeiro de 1975. Inédito. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁴⁴ LACAN. Seminário, Livro 21: os não-tolos erram. Aula de 12 de março de 1974. Inédito. Consultado na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁴⁵ Id., *ibid*.
- ⁴⁶ Id., *ibid*. Aula de 14 de maio de 1974.
- ⁴⁷ LACAN. Seminário, Livro 1: de um outro ao Outro. Aula de 29 de janeiro de 1969. Inédito na versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- ⁴⁸ Id., *ibid*. Aula de 13 de novembro de 1968.

CAPÍTULO III

Do objeto

*É o sujeito que se determina a si mesmo como objeto,
em seu encontro com a divisão da subjetividade.*

(LACAN, Seminário 11)

As configurações do objeto mediadas pelo gozo

objeto como real

Partindo da delimitação inicial de objeto comum, socialmente partilhado e de objeto como causalidade, ou seja, que não se confunde com o objeto tangível, nos perguntamos: De que se trata quando aludimos ao conceito, significação ou lugar do objeto no cerne das toxicomanias?

Interessa-nos a expressão “sujeito afetado pelos objetos”⁴⁹, versão recitativa da hegemonia dos objetos sobre o sujeito, apreendida pelo discurso do capitalista, cujo Outro é encarnado pela modernidade. O modelo social atual de mercado tem uma função precípua na oferta dos chamados *gadgets* e esses possuem correlato com a ciência e seus avanços tecnológicos.

De acordo com Rabinovich, existe uma linha de convergência entre o mercado atual e a instalação da ciência como mercadoria. O mercado, nesse contexto, se torna *mercado de saber*. Diz:

[...] o mercado anônimo, com leis próprias, como uma espécie de Outro que regula os intercâmbios, um Outro barrado ao qual se prefere pensar não barrado, e ao que se supõe um sujeito maquiavélico que o maneja desde não se sabe onde, quando como qualquer Outro não implica um sujeito, este mercado é basicamente um mercado de saber, onde o saber pela instalação da ciência se torna mercadoria. Na medida em que o sujeito forcluído retorna como desejo ou como produção de gadgets da ciência (que são eminentemente desejáveis), nesse ponto de retorno como desejo se produz o que Lacan chama o silenciamento do gozo. (RABINOVICH, 1992, p. 82)

Concordamos que o discurso do capitalista impõe ao sujeito um modo de redução à sua face objeto, mas se faz necessário

especificar em que medida um sujeito se identifica com um objeto eminentemente desejável que retorna, ele mesmo, como desejo.

A formulação acima nos adverte sobre um discurso que desemboca numa orientação concebida como racional, num princípio de equivalência do desejo a um objeto de satisfação homogeneizado, a objetos comuns, socialmente partilhados. Assim, o sujeito em posição de objeto, escravizado pelo gozo do Outro (Outro, aqui, representado pela ciência), termina por eleger um objeto (que se confunde com a Coisa supostamente acessível), atribuindo-lhe valor e qualidade, pela crença na sua autonomia, passando a se representar pelo modo de gozo que o objeto veicula.

O que sustentaria a afirmação de que os objetos de consumo se impõem ao sujeito? Será a mesma lógica implícita do sujeito afetado pelos objetos? Como se configuraria a reversão da prevalência da posição de objeto (objeto de gozo do Outro) e a incidência do sujeito afetado pelo inconsciente segundo o modo de gozo determinado por esse inconsciente, como efeito no real pelo simbólico?

A natureza do objeto, no cerne da psicanálise, só se inscreve no conjunto das representações e sofre, como corolário, os atributos do movimento pulsional, estando também regida pelo predicado fálico, que localiza e organiza a estrutura simbólica do sujeito. Contudo, há objetos que não entram no circuito ordinário de troca impedindo a possibilidade da alteridade, que é constitutiva e constituinte dos objetos parciais os quais, por sua vez, servirão como representantes imaginários da verdade do desejo. A concepção de um reencontro, no real, com o objeto perdido do gozo determina uma estagnação no movimento pulsional, movimento eminentemente de perda, gerado pela fala. Através da fala, o sujeito só encontra sua satisfação nas entrelinhas, nos

atos falhos, nos sonhos, no trânsito da cadeia significante, adquirindo o objeto um valor metafórico.

Pelo relançamento de um objeto que desliza, temos a causação da possibilidade do advento do desejo, sendo esse objeto tão somente contornado pelo circuito pulsional (logo, não apreendido como objeto total). A noção de determinismo psíquico (a sobredeterminação significante) atua sobre a conformação do movimento desse objeto, nos distintos tempos da dialética do sujeito com o Outro, através do balizamento presença-ausência. Por mais que o sujeito peça, o objeto *a* está perdido.

O acento é colocado, portanto, sobre a singularidade da relação do sujeito com os objetos que o constituíram, uma vez que é a partir da falta de objeto que o sujeito tece os fios da sua existência. Nas toxicomanias, o objeto parece ser determinante sobre o sujeito, na proporção mesma da sua aderência ao lugar que, como objeto, ele se inscreve no Outro.

Daí, concluímos que o sujeito afetado pelos objetos explicita um modo de gozo do inconsciente especificado pela dialética do sujeito com o simbólico, onde se estabelece o ponto de engatamento do sujeito à pergunta que emana desde o Outro, o Outro-testemunha, que não é nenhum dos parceiros (sujeito e objeto).

O Outro, como sistema simbólico, designa e ratifica as posições sexuais e as representações de gozo não como realidades apriorísticas, mas como alusão ao real do encontro, sempre faltoso, com o objeto do gozo, marcando o lugar da impossibilidade da relação sexual, provocando a experiência da verdade do inconsciente em seu gozo específico.

No seminário *A ética da psicanálise*, Lacan distingue *das Ding e die Sache*, termos em alemão que designam “coisa”. O objeto, conquanto falta fundamental, é denominado *a Coisa*. Contudo, o objeto não se confunde com *a Coisa*, embora as incursões do objeto no registro imaginário, quer dizer, seus ali-

cercos narcísicos, por vezes, dêem provas do papel que possa vir a desempenhar:

[...] o objeto - uma vez que especifica as direções, os pontos de atrativo do homem em sua embocadura, em seu mundo, uma vez que o objeto lhe interessa por ser mais ou menos sua imagem, seu reflexo – esse objeto, precisamente, não é a Coisa, na medida em que ela está no âmago da economia libidinal. E a fórmula mais geral que lhes dou da sublimação é esta – ela eleva um objeto... à dignidade da Coisa. (LACAN, 1988, p. 140-141)

De fato, é em torno de *das Ding* que se dirige todo o percurso do sujeito, podendo ser identificada com o *Wiederzufinden*, a tendência a reencontrar, endossando a ideia da repetição como busca contínua dos objetos. Esse movimento designa o fracasso de reencontrar *a Coisa*. “A rigor, não podemos sequer dizer que *das Ding* é o objeto perdido, posto que ele jamais o foi realmente; o que o constitui como ‘perdido’ é a nossa procura”. (GARCIA-ROZA, 1986, p. 43)

Acrescentamos que essa busca engendra a aporia entre *das Ding* e *die Sache*. Procuramos *das Ding* – a Coisa –, como vazia de representação, apresentando-se como nada e desde o princípio inacessível – e encontramos *die Sache* – a coisa –, “o produto da indústria ou da ação humana enquanto governada pela linguagem, algo que nos vem à consciência se prestarmos bastante atenção a ela, se a notarmos” (LACAN, 1988, p. 61) –, coisa acessível e explicitável pelas palavras, portanto. Lacan adverte que *das Ding* encontra-se em *Outro lugar*, como *causa* intimamente ligada ao fato de que o sujeito está implicado, desde o princípio, na falha que designa o *vazio como furo no real*.

A posição imaginária do objeto

A relação estrutural entre sujeito e objeto ultrapassa os limites da dualidade cartesiana, o que não exclui a existência de um transitivismo de ordem imaginária, importante sinalizador da modalidade transferencial posta em ato no tratamento. Essa implicação estrutural indica que a relação com a droga está determinada pelas modulações daquela relação, quanto ao gozo e quanto ao saber. O assujeitamento à palavra e ao gozo é fato de estrutura, ou seja, remete à lógica inerente à constituição de um sujeito referido a um objeto que não se lhe apresenta como semblante, mas como coisa acessível; a satisfação é real, não é semblante; o objeto toma uma materialidade, uma substância, dá-se a crença de que é possível gozar desde que dele se aproprie.

Dir-se-ia, então, que a presença do objeto supostamente talhado para se gozar corrobora a certeza do ser do objeto, expulsando o tempo da certeza da dúvida.

O encontro da necessidade com o Outro, esse Outro a quem a demanda se dirige, é atravessado pela cadeia significativa, que torna possível que um objeto especular se constitua como *moi*, o Eu, da imagem *i* (a). A necessidade encontra-se aí com o Outro. O que se constitui, nesse percurso, é a linha da identificação e do objeto demandado, pedido, culminando em uma identificação. Repetimos, mais uma vez, que é em torno dessa *coisa*, inacessível em seu fundamento, vazia de representação – visto que não existe, no campo do humano, realização completa de uma satisfação – que o toxicômano se atém, apegado ao tempo da suposta satisfação.

Para a teoria psicanalítica, a noção de satisfação encontra seu limite no inacessível dela mesma, cuja resolução é sempre de natureza mítica, logo, ficcional; evidentemente, sempre se atribui um objeto passível de ajustar-se a esse intento de colmar a

necessidade, mas é um projeto fadado ao fracasso e, assim, à repetição.

Permanecendo fixado na posição de objeto, desprovido da estranheza movida pela imagem virtual, poder-se-ia postular que o sujeito drogadicto encontra-se enclausurado no traçado **moi – i (a)** como forma de dizer não ao desejo materno, no lugar do desejo do Outro. A estagnação em um ponto específico da constituição do imaginário e da imagem do corpo (o movimento de investimento libidinal na imagem especular) proporcionado pela não-subjetivação da castração promove a sua desaparecimento como sujeito a ser constituído, diante da interpolação do Outro como desejo totalizante, sem opacidade – que corresponde ao furo na imagem, o $-\varphi-$, como falta na imagem.

Assim, a constituição do seu corpo, como pura cavidade sem descontinuidade, corpo em sua envergadura real, é o testemunho do superinvestimento da função narcísica com a droga (no lugar da imagem do corpo próprio, obliterando o lugar da falta), fazendo fracassar a erogeneização do corpo promovido pela função fálica, uma vez que, na experiência clínica com pacientes toxicômanos, verificamos que,

[...] em muitos casos, a angústia e as formações de sintoma desaparecem quando a montagem da toxicomania exerce suas funções. Trata-se, efetivamente de um corpo ‘conservado’ pela montagem da toxicomania, constituindo nestas condições uma verdadeira suplência narcísica. (KAUFMANN, 1993, p. 541)

O revestimento imaginário da relação do sujeito drogadicto com o objeto droga denuncia uma monotonia, signo da condição de fascinação com o brilho do objeto. Nesse caso, a relação do Eu com suas imagens torna-se plenamente explicitável e absoluta pela presentificação do objeto que se oferece ao gozo do Outro, promovendo o apagamento do sujeito.

A posição de fixidez do objeto ressalta a ausência de interpolação do Nome-do-Pai como mediação na relação imaginária estabelecida entre o sujeito e aquele objeto que não aparece como ponto de estranheza, ou seja, como “a passagem da imagem especular a esse duplo que escapa de mim” (LACAN 2004). Não se trata do objeto **a**, enquanto motor que vetoriza as diversas voltas da demanda materna, causando o Real, enquanto falta impossível de completude, mas de um objeto que é talhado para ser gozado, objeto de satisfação real, enovelado pela cena imaginária (a relação dual com o objeto droga), consequência de uma ausência de privação materna por parte do saber paterno.

O caráter dissimétrico do objeto **a** permite a pluralidade das identificações e o deslizamento do desejo, delimitando, por exemplo, o que sou para o Outro. Nas toxicomanias, o objeto **a** comparece na sua vestimenta de dejetivo, de puro resto, uma vez que não ocorre a duplicação do plano narcísico ao plano do desejo; não há inversão da mensagem desde o ponto da pergunta *o que sou para o Outro*, onde se produziria a significação fálica. Se não há inversão da mensagem, o que o sujeito encontra, desde a demanda, é o vazio da significação, vindo a droga a ocupar esse lugar da falta de significação.

A posição do objeto é lugar enigmático para o sujeito, conservando esse, em algumas situações limites como nas toxicomanias, a condição de apagamento de onde se erige o objeto, presentificando o lugar do gozo do Outro. O Outro é um deserto de gozo, está esvaziado de gozo; a presentificação do objeto de gozo do Outro é correlata ao ponto da satisfação marcado pelo impossível; ponto de real, por sua impossibilidade de identificação. Cabe ao sujeito, então, identificar-se com o desejo do Outro.

O objeto imaginário é presente e afirmativo, marca uma consistência e pode ser também o *moi*. O falo imaginário, como objeto, joga como terceiro, como objeto de desejo ou de identificação

entre dois que o disputam. “Objeto de desejo e briga para ter, apropriar-se e usufruir, ou para se identificar, ser como ele: ser como para ter a”. (FREUD, 1969, v. 18, p. 91)

O objeto imaginário funciona na relação da demanda do Eu com o Outro e aparece como a resposta que o Eu procura. É um objeto imaginário porque o Eu demanda ao outro provas do falo que o Outro não tem ou tem, sempre, numa relação dual com o outro.

O objeto no campo do simbólico

A articulação do que é estrutura no discurso com os efeitos sobre o lugar do sujeito implica o objeto **a**. Esse objeto irrepresentável faz semblante dessa improvável separação entre palavra e coisa, na perspectiva da satisfação pulsional engendrada pelo gozo da droga, por exemplo. O sujeito estaria reduzido à face objeto, despregando-se da fala como operador mínimo da estrutura e do recalque.

O sujeito em posição de objeto, escravizado pelo gozo do Outro, acena à lei inscrita na estrutura como imperativo categórico (Goza!), alçando o objeto à posição dominante (sujeito objetalizado sob o olhar superegótico). Trata-se de um sujeito problemático quanto à incidência do recalque: ali onde não fala, *isso* insiste sob os efeitos da linguagem, operando sozinho. Falar é uma forma de se defender dos efeitos da linguagem. A fala faz barreira à reivindicação de ser só objeto no campo do Outro.

Se o gozo, antepondo a face objeto, comanda a cena, qual seria o efeito da pulsão no inconsciente, na articulação do par S1 — S2? A obliteração do sujeito não explicitaria, justamente, uma ausência de sintaxe - o que falaria de uma estrutura onde a lei não opera de maneira a fazer consistir um saber que faça

limite, que faça pôr em marcha a associação livre? O objeto irrecalcável exporia o fantasma fundamental do sujeito como uma colagem indecifrável do desejo do Outro? Nesse sentido, a face objeto, definida como a mais obscura, mais impertinente para o sujeito, traria o selo indelével da transparência do Outro.

O objeto que o sujeito agarra do Outro é uma letra, uma letra pegada do Outro a que o sujeito dá significação, constituindo uma escritura que dá forma ao fantasma. O que o toxicômano aguarda do Outro é o gozo absoluto que o encarcere na materialidade da substância gozante que não serve para nada. Gozar falicamente do objeto se transforma num recurso enigmático, visto que esse objeto, que, em essência, não serve para nada, evidencia o modo de estruturação desfalecida do simbólico, realçando, por outro lado, essa mesma ordenação simbólica, mesmo que precariamente.

Uma saída para esses impasses poderia ser a concepção de uma inscrição do sujeito por seu nome-próprio, o que talvez permitisse uma reinscrição do sujeito no discurso, obtendo da palavra uma garantia ou um novo contrato. Consistiria essa alternativa numa solução ortopédica? Não, se nos despojarmos das oposições conceituais dualistas, baseadas na ortodoxia da interpretação teórica, como, por exemplo, sujeito versus objeto. O sujeito como agente comparece na toxicomania expondo sua face objeto, dentro da perspectiva estruturalista de um preenchimento da casa vazia, ou seja, do lugar que deveria permanecer aberto para permitir o deslocamento significante. Essa interpretação nos parece muito apropriada, visto considerarmos sujeito e objeto no mesmo plano topológico da Banda de Moebius (onde não existe dentro ou fora, acima ou abaixo).

O lançamento do objeto no campo do simbólico, portanto, desvela a sua submissão às leis da linguagem, com a correspondente perda de gozo. O apelo ao rigor nos adverte para não justa-

pormos significante e gozo, visto que esses não possuem a mesma materialidade, mas aludem sempre a uma posição do sujeito, que é o ato da relação com outrem, ato constituído na realização da linguagem no discurso. Lacan pontua em “Função e campo da fala e da linguagem”:

A transindividualidade da linguagem (e do sujeito), seus meios, a propósito da psicanálise são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu domínio é aquele do discurso concreto enquanto campo da realidade transindividual do sujeito. (LACAN, 1978, p. 257)

Por outro lado, “o sujeito só entra na transindividualidade na proporção em que já esteja implicado num discurso por sua vez suportado, isto é, ele próprio determinado pela instância dessa materialidade singular que é a letra”. (NANCY; LACOUÉ-LA BARTHE, 1991, p. 36)

Há de se tomar, portanto, a literalização do sujeito implicado no ato de drogar-se que, é, estranhamente, uma ausência no lugar da localização de uma presença. “A presença e a ausência pegam-se um apelo uma da outra”. (LACAN, 1978, p. 46)

O objeto da pulsão parcial e o “objeto total” do toxicômano

A pulsão se apoia nas zonas erógenas e também se desloca delas. Freud aponta, em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), a *contingência* do objeto, o que quer dizer que o objeto não vem, necessariamente, implicado dentro da pulsão; que a pulsão pode investir e desinvestir o objeto. Para Freud, o objeto nunca é integralmente conhecido. Contudo, a averiguação de Freud oscila entre o problema do objeto sexual *definitivo*,

concernente à eleição do objeto, e o problema do objeto da pulsão parcial, contingente e autoerótico⁵⁰. Melanie Klein, por sua vez, fala de *objeto parcial* e *objeto total*. Para Lacan, a problemática do objeto não está na sua totalidade ou parcialidade. A problemática do objeto é se ele está presente ou ausente. Antecedente disso é o jogo do *fort-da*, no qual a criança representava presença e ausência da mãe como objeto⁵¹.

A aparência de objeto total que o toxicômano atribui à droga pode ser muito bem ilustrada pela seguinte observação de Lacan:

[...] nosso primeiro esforço foi interpretá-lo [o objeto], apontando para uma dialética da totalidade, transformá-lo no objeto chato, o objeto redondo, o objeto total, o único digno de nós, o objeto esférico sem pés nem patas, o todo do outro, onde, como todos sabem, irresistivelmente nosso amor acaba, encontra seu término. (LACAN, 1992, p. 147)

Compreendemos, com isso, a inviabilidade da concepção da droga como um objeto das pulsões parciais, justificada pelo caráter parcial do objetivo pulsional, o que se contrapõe ao objetivo narcísico, de completude, de onipotência a que apontam as drogas. O circuito pulsional contorna o objeto, não o atinge. A dimensão de totalidade fica, portanto, no plano da ilusão, quanto à satisfação.

Conforme já assinalamos anteriormente, a satisfação obtida com o uso da droga não é compatível com aquela alcançada, por exemplo, com a nutrição, porque não se trata de vincular essa satisfação a uma demanda, no caso, oral. A pulsão sexual encerra o corpo recortado em zonas erógenas e o corpo do toxicômano encerra o eclipse do corpo sexuado; corpo envelope, hospedeiro da substância gozante. O objeto, nesse caso, representa – na sua onipotência – a própria lógica do tóxico, obliterando, ao mesmo tempo em que denuncia, a singularidade da subjetividade.

A totalização, em termos da relação fechada de amor com a droga, e o objeto da pulsão são formas de substituição do objeto perdido do desejo, apesar de revelar a dissimetria radical entre a satisfação fornecida pela droga e a satisfação do ponto de vista da pulsão; uma perda que se instala entre a satisfação e sua realização.

Notas

- ⁴⁹ Expressão extraída da Estética Transcendental de Immanuel Kant (1985, p. 61), onde encontramos a “categoria da sensibilidade” definida como “a capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objetos”. O sujeito, nessa Estética, é concebido como agente de associações de representações sensíveis, uma vez que a coisa em si não pode ser conhecida. A noção, por conseguinte, de “sujeito afetado pelos objetos” adquire seu fundamento no aspecto formal (espaço e tempo), fornecendo objetividade ao fenômeno, tornando-o objeto. Os objetos da experiência incidem sobre o sujeito, na medida em que a consciência se constitui por estes objetos, podendo formar conceitos puros da razão.
- ⁵⁰ Ver a esse respeito o desenvolvimento de Freud no tópico “As transformações da puberdade” em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). (1969, v. 7)
- ⁵¹ Ver FREUD, 1969, v. 18, p. 26.

Considerações finais

Mostraremos que não há palavra sem resposta.
Inclusive se não encontra mais que o silêncio,
se conta de que se tem um ouvinte.

(LACAN, 1978).

A clínica norteia este trabalho cuja pretensão é demonstrar que também a clínica das toxicomanias pode se sustentar nos pilares teóricos fundamentais da Psicanálise, não obstante admitirmos que sua atualidade fomente o incremento da pesquisa, no que se refere à precisão e à consideração sobre a “invenção” de novas escrituras subjetivas, tempos instituintes de um sujeito e de um Outro. Nesse particular, a ética do Outro inexistente ganha relevo pela renúncia à crença no Outro único, completo, referente, frente às múltiplas modalidades de laços na experiência analítica.

É importante salientar que essas investigações do real da clínica não prescindem dos operadores específicos do ato analítico, os quais encerram a transferência e o desejo do analista. Na transferência, há uma dimensão de apelo a um saber que possa dizer do que se trata, ao passo que, na toxicomania, esse apelo se apresenta sob o peso de uma couraça. Daí a questão: como apanhá-la no dizer?

Como afirma Freda (1999, p. 6): “[...]. é verdade que não existe uma afinidade muito grande entre a disposição do sujeito vol-

tado à toxicomania e sua vinda à psicanálise, na medida em que esta estratégia de eclipse assinala, quando menos, um nada querer saber”. Se lidamos, efetivamente, com o eclipse do sujeito, o efeito terapêutico só é pensável porque lidamos com a articulação do sujeito com o significante e com o gozo, fronteiras que definem a posição do sujeito como ser falante.

Toda palavra instala o Outro no campo da linguagem, mesmo que dessa palavra não tenhamos mais do que vagas e indiscerníveis manifestações, mesmo na sua indeterminação subjetiva. A proposição de que se tenha um ouvinte instala o Outro, condição extraída da experiência analítica, que só tem lugar com a presença do analista, suposto ouvinte.

É pelo viés do reconhecimento de um sujeito no mais alguém do ato repetitivo de drogar-se que fazemos a nossa aposta psicanalítica. O percurso do sujeito, numa articulação significativa, não ocorre senão destituindo-se dos atributos que, supostamente, o anexariam ao objeto, no intento de fornecer garantias de saber sobre a verdade do gozo como Outro que, conforme concluímos, se presta à preservação de um gozo que não serve para nada.

O sujeito se aloja na estrutura de linguagem, o que implica afirmar que o lugar poderá ser, em seguida, desalojado, aberto, tornado vazio pelo jogo significativo, expondo a vacuidade intrínseca à impossibilidade de estabelecer uma relação unívoca de enclausuramento na face objeto, que se expõe a cada tentativa de preenchimento do lugar vazio. O sujeito é propriedade inerente à cadeia e, por suas características de mobilidade e ausência de determinação, é representado pelo significante, não se superpondo nem estando subsumido a este. O esvaziamento do sujeito se corporifica na metonímia do seu ser, o que não implica em desordem, mas na delimitação de bordas cernindo uma falta singular.

O relançar contínuo do sujeito, sempre operando em direção a uma nova sucessão no discurso, a uma nova palavra a advir,

culmina por reduzi-lo a operador fundamental na apreciação das singularidades que marcam lugares distintivos, delimitados pela lei da diferença. O significante requer a causa do gozo, no sentido da promoção da separação entre o sujeito e o Outro, pelo reconhecimento da sua posição frente ao gozo, agora, como possuidor legítimo da chave do objeto desejado, um fato que a toxicomania não deixa de reiterar. Logo, compreendemos que o ato de drogar-se, como signo, não anula a escuta do que ele sinaliza, subliminarmente, quer dizer, a insistência do apelo de uma palavra a ser ouvida.

A abordagem clínica das toxicomanias como uma posição subjetiva, ou seja, como um dos efeitos da incidência da linguagem sobre o sujeito, aponta para a dissecação da função da droga para o sujeito do inconsciente. Tratando-se de uma atuação contínua, o tempo lógico de articulação da metáfora paterna não se processará, senão a partir da construção de bordas, limites, entre o dito e o dizer (este que revela a combinatória significante). A representação da droga como referente, carregada de qualidades, torna o dito imune aos cortes. A exigência de trabalho imposta à escuta do analista se ancora no manejo dos cortes e da falta. Essa falta não se depreende como sendo extraída de uma metalinguagem, nem se nomeia no discurso, visto que a linguagem não se reduz ao discurso, no formalismo dos seus enunciados, ou na tentação de converter-se, meramente, num paradigma panfletário da modernidade.

O recuo diante dos movimentos de inteligibilidade ou de construção de modelos justapostos a uma determinada vigência de pensamento sobre a relação do sujeito com a droga permite o redimensionamento do fato, hoje denominado toxicomania, trazendo, para o centro da cena, a singularidade de cada sujeito em sua relação com o objeto, estruturalmente grampeado desde o Outro. Essa particularidade de relação encerra o mapeamento

dos operadores que o ocupam e a consideração pela razão mínima de funcionamento da relação, a qual ordena um espaço topológico, onde o real, simbólico e imaginário se posicionam.

Consideramos que as dificuldades transferenciais inerentes ao início de um tratamento estão associadas ao desfalecimento do desejo e à obturação do saber embaraçados na repetição do ato de se drogar. A cristalização de um objeto, que não aparece invertido, como imagem, mas presente, consistente, referente, não permite a colocação da demanda, na medida em que não há sofrimento entre sujeito/objeto/Outro. Por conseguinte, sem as perfurações modeladas pelo significante, a demanda não se apresenta formalizada, principalmente pela inexistência de uma “extimidade” com a droga.

A problemática da articulação da clínica das toxicomanias, naquilo que se lhe apresenta como singularidade, e o saber-fazer do analista, naquilo que se lhe apresenta como limite na sua prática, contorna o circuito da pulsão, na linha do desejo, ligada à demanda. Se é a partir do **a** (como semblante) que o analista vai operar, considerando o objeto da pulsão como perdido, como conceber essa queda do objeto como corolário dos modos de intervenção do analista? O desejo do analista é esse desejo a-visado que possibilitará que o analista deixe que o analisante se sirva dele como causa de seu desejo; é aquele que vai fazer surgir o inconsciente como sexual. O desejo do analista ocupa “o ponto de disjunção e de conjunção, de união e de fronteira”. (LACAN, 1979, p. 153)

O dispositivo analítico, cujo pivô é a transferência, institui, pelas configurações políticas de estratégia e de tática, o sujeito suposto saber como estrutura de ficção e de engano: sujeito suposto saber sobre o desejo inconsciente. O analista, como semblante, pode operar como um pai, como corte e ao se colocar nesse lugar paga um preço, posto que opera com o des-ser.

A tendência a assumir uma atitude mimética com a figura do legislador ou do mestre pode conduzir um analista a incorporar um ativismo intervencionista, moldado a partir de uma fantasia de oblatividade ou esforço caritativo. Sabemos que essas perspectivas, quanto à posição do analista na cura, estão sustentadas numa escora narcisista, com vistas a acentuar o Eu do analista, que se confunde, na sua espessura, com o próprio ser. Nesse âmbito, a ênfase nas interpretações de cunho sugestivo, educativo, se consolida, demarcando o uso da linguagem em sua vertente imaginária cuja euforia terapêutica dá resposta aos impasses da cura. Desse modo, o termo toxicomania se formalizará como signo de um douto saber que não privilegia a urdidura de cada trama significativa. Se comprometido com a ética do bem-fazer, o analista poderá correr o risco de centrar-se na posição do amo que faz o escravo trabalhar para que trabalhe bem.

A verdade da estrutura é o objeto **a**, onde deve entrar o analista antecipando a abertura do inconsciente em uma anterioridade lógica e ordenadora.

Na transferência, o ato oferecido à escuta do analista, que ocupa aí o lugar do Outro (ato psíquico), possibilita a remoção da opacidade da face objeto, ordenando o seu endereçamento, cujo trajeto e circulação se encontram obstruídos na sua prevalência sobre o sujeito. Os processos psíquicos inconscientes, geralmente de caráter incontrolável, ou impossível, envolvidos nessa lógica, serão reenviados de forma invertida, posicionando um pai em exercício de sua função. Se o sentido já está enclausurado na repetição do ato, devemos torná-lo doente do seu dizer, regulamentando seu gozo pela função da lei que permite esvaziar o sentido, reduzindo, ao mínimo, os operadores estruturais, para inaugurar a possibilidade do sujeito interrogar e assumir o próprio desejo. Em outras palavras, escutar aquilo

[...] que não se encontra em seu lugar, como se exprime a ficha de inscrição de um volume, quando ele circula na biblioteca. Não se pode dizer ao pé da letra que isso está faltando em seu lugar, senão daquilo que pode mudar de lugar, isto é, do simbólico. (LACAN, 1978, p. 91)

O analista opera trazendo o discurso do Outro (algo que abra o inconsciente), nisso que *não cessa de não se escrever*, nessa imprecisão temporal em que o sujeito se imiscui. O *vir a ser* está na causa do movimento, mas está, desde o início, fadado ao fracasso. Lacan diz em “Função e campo...”: “o que se realiza numa história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que já não é. Nem o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou. Mas o futuro anterior daquilo que teria sido naquilo que estou me tornando” (1978, p. 88). O *terei sido* tem implicação no desejo do Outro (Outro inexistente, por definição). A causa, por conseguinte, não é questão do Ser (ente) ou do não-Ser (não-ente). A causa do inconsciente é causa perdida, é esvaziamento do Ser.

Pensamos que a inauguração de um significante qualquer da transferência não se produz aleatoriamente, na clínica das toxicomanias, na medida em que o sintoma que provém do recalque (processo singular que atinge significantes específicos da história do sujeito) não aparece constituído. Assim, a inscrição de um significante é oferecida pelo analista, cumprindo uma função de “representação-limite”, de delimitação da posição daquele sujeito com relação ao Outro. Em alguns casos, pode o analista arriscar-se como semblante desse objeto recorrente em seu discurso, a fim de não impedir o despregar de alguma chamada – já que a convocação da pulsão invocante é estruturante para o sujeito – relançando o objeto no tempo seguinte.

A urdidura de um tecido que represente a realidade psíquica do sujeito e o seu *adoecer* implica a dimensão da temporalidade própria de um possível deslizamento do objeto e a consequente

imbricação transferencial, a partir das representações inconscientes produzidas, o que pressupõe, portanto, um circuito pulsional organizado, criando erotizações.

A constituição do sintoma implica uma resposta ao enigma que o Outro nos coloca. A instauração desse lugar de enigma poderá ser obturada pela certeza de uma resposta, por exemplo, o ato de se drogar. Para a transformação da montagem narcísica com a droga em formação de sintomas é necessário o deslocamento desde objeto-solução, a droga, para a falta de objeto, produto do questionamento acerca do enigma do Outro: “O que o Outro quer de mim? O que sou para o Outro? Delimitar uma distância entre o desejo – este que movimentava a cadeia significativa e é da ordem do sexo e o gozo – sem discurso”. (KAUFMANN, 1993, p. 543)

O ato transformado em significante da falta de objeto convoca o sujeito acéfalo da pulsão a uma exigência de trabalho; ato agora concebido como fratura diante da exigência de trabalhar mais.

O desejo do analista é o que possibilita a construção de um tratamento da demanda de tratamento, até o momento em que esse corpo não submerja em uma questão sem resposta na relação com o Outro, na forma de uma demanda imperativa proveniente deste. O desejo do analista é a mola que permite que o tratamento funcione, vindo o analista a ocupar, em alguma medida, o lugar do Outro substitutivo que, para o toxicômano, foi atribuído à droga. O analista precisa colher a pequena situação para sublinhar, de algum modo, a sua presença, cuidando para não destruir o Outro substituível em relação ao qual o objeto aparece como adequado.

De certo modo, colocar o corpo como sede do saber e da verdade inconscientes, acedendo a uma significação fálica, permitirá ao toxicômano tecer com os fios do simbólico o enlace da linguagem com o real da experiência de gozo e com a consistência

imaginária da relação dual com a droga. “O estatuto do saber implica, como tal, que já há saber no Outro, e que ele é a prender, a ser tomado. É por isso que ele é feito de aprender [...] pois a fundação de um saber é que o gozo do seu exercício é o mesmo do da sua aquisição” (LACAN, 1982, p. 130-1). E o saber – não é forçado dizê-lo – “é um saber em curso de construção”.⁵²

Para encerrar, indagamos se as tentativas de cernir as chamadas “especificidades” que a clínica nos apresenta não apontam justamente na direção desse exercício contínuo de revisão, desmontagem e redefinição dos contornos inerentes à lógica de cada discurso, precipitador de perguntas e inquietações, também do lado do analista. O estilo analítico pode funcionar como um operador fundamental na configuração da modalidade discursiva e da estrutura psíquica subliminar ao consumo da droga.

A pergunta sobre a possibilidade do tratamento psicanalítico com usuários de drogas remeteria, portanto, aos conceitos e formulações teóricas basais da psicanálise, prescindindo do ímpeto de construir *especializações* sobre as quais o analista almejaria lograr a anulação da angústia que, eventualmente, experimenta no curso de alguns tratamentos, em certas situações-limites, quando algo fracassa, manca, tropeça na garantia das significações. A esse respeito, já fora proposta a ênfase na posição do analista como articulador de um Nome que faz borda com o real, cujo estilo se definirá a partir do modo como trabalhou a instalação do significante da transferência, no específico de cada caso.

Espera-se, com essa lógica, que a verdade da diferença se inscreva e se expresse.

Notas

⁵² LACAN, J. Seminário, Livro 21: os não tolos erram. Inédito. Aula de 12 de março de 1974.

Referências

- ASSOUN, Paul-Laurent. *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BIRMAN, Joel. *Ensaio de Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Parte 1: Metapsicologia, pulsão, linguagem, inconsciente e sexualidade.
- BUCHER, Richard. Visão histórica e antropológica das drogas. In: _____. (Org.). *Prevenção ao uso indevido de drogas*. Brasília. Universidade de Brasília, 1989.
- CHEMAMA, Roland. Um sujeito para o objeto. In: GOLDENBERG, Ricardo (Org.). *GOZA! capitalismo, globalização e psicanálise*. São Paulo: Ágalma, 1997. Coleção Discurso Psicanalítico.
- COELHO DOS SANTOS, Tânia. Acting-out: o objeto causa do desejo na sessão analítica. *Opção Lacaniana*, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, São Paulo, Eólia, n. 30, p. 42-49, 2001.
- COELHO DOS SANTOS, Tânia. De que desejo do Outro a angústia é o sinal? *Latusa*, Rio de Janeiro, Contracapa, n. 4/5, p. 173-195, 2000.
- COELHO DOS SANTOS, Tânia. Isso é uma estrutura significante: goza-se de um corpo. In: JIMENEZ, S. MOTTA, M;

O desejo é o diabo. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. p. 149-163.

DOR, Jöel. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREDA, Hugo. Toxicomania, toxicômano e sujeito. In: CNDT. *Bulletin de Liaison*, 1989.

FREDA, Hugo. *Adolescência, toxicomania e instituição*. 1999. Texto de circulação interna no CETAD.

FREDA, H. *Toxicomania e Psicanálise*, 1999. Texto de circulação interna no CETAD.

FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FREUD, Sigmund. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 8, p. 13-290.

FREUD, Sigmund. *O Inconsciente* (1915). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14, p. 191-245.

FREUD, Sigmund. *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14, p. 85-135.

FREUD, Sigmund. *Os instintos e suas vicissitudes* (1915). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14, p.137-189.

FREUD, Sigmund. *Repressão* (1915). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14, p. 165-182.

FREUD, Sigmund. *O Inconsciente* (1915). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 14, p. 191-245.

FREUD, Sigmund. *Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais* (1919). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 17, p. 223-253.

FREUD, Sigmund. *O “estranho”* (1919). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 17, p. 273-318.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer* (1920). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 18, p. 13-85.

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 7, p. 123-252.

FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 18, p. 89-179.

FREUD, Sigmund. *O ego e o id* (1923). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19, p. 13-83.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão* (1927). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 21, p. 13-71.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 21, p.75-171.

FREUD, Sigmund. *Moisés e o monoteísmo* (1939[1934-38]). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 23, p. 13-161.

FREUD, Sigmund. *A negativa* (1925) I In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 19, p. 293-300.

FREUD, Sigmund. *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950

[1895]). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 1, p. 381-517.

FREUD, Sigmund. *A interpretação de sonhos*. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 5, p. 361-725.

FREUD, S. *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. 18, p. 89-179. Cap. 7: Psicologia de grupo e a análise do ego (1921).

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. v. 3.

GERBASE, Jairo. *O sujeito do ato toxicomaniaco*. Salvador-Ba, 2001. Texto para divulgação interna no Campo Psicanalítico.

GOLDEMBERG, Ricardo (Org.). *GOZA! capitalismo, globalização e psicanálise*. São Paulo: Ágalma, 1997. Coleção Discurso Psicanalítico.

HANNS, Luiz. *Dicionário comentado do alemão em Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 147-160.

KALIMEROS - Escola Brasileira de Psicanálise. *O brilho da infelicidade*: Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. 270p.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LACAN, J. *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

LACAN, Jacques. La troisième. In: *Lettres de l'École Freudienne*. 1975.

LACAN, Jacques. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LACAN, Jacques. Intervenções sobre a transferência. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 87-99.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 101-187.

LACAN, Jacques. Situação da psicanálise e formação do psicanalista. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.189-222.

LACAN, Jacques. A Instância da letra no a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 223-259.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 261-273.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 275-311.

LACAN, Jacques. Posição do inconsciente. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 313-335.

LACAN, Jacques. A carta roubada. In: _____. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 17-67.

LACAN, J. *De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de la psicosis*. 1955/1956. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. Variantes de la cura-tipo. In: _____. *Escritos 2*. 7. ed. Local: Siglo Veintiuno Editores, 1978a.

LACAN, Jacques. *A Família*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. Coleção Pelas Bandas da Psicanálise.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)* - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 4: a relação de objeto (1956-1957)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise* (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 8: a transferência* (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992a.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- LACAN, Jacques. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 9: a identificação* (1961-1962). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires
- LACAN, J. *Seminário, Livro 10: a angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 13: o objeto da psicanálise* (1966). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 14: a lógica do fantasma* (1966-1967). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 15: o ato psicanalítico* (1967-1968). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 16: de um outro ao Outro* (1968-1969). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Nomes do Pai*: Seminário de 20 de novembro de 1963. Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 18: d'un discours qui ne serait pas du semblant* (1970-1971). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 21: os não-tolos erram* (1873-1974). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 22: R.S.I.* (1974-1975). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 23: o sintoma* (1975-1976). Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

LACAN, Jacques. *Seminário, Livro 25: o momento de concluir*. Inédito. Versão espanhola (de circulação no meio psicanalítico) da Escola Freudiana de Buenos Aires.

MILLER, Jacques-Alain. *A experiência do real na cura analítica*. Curso 13. Aula de 24 de março de 1999.

MILLER, Jacques-Alain. *Os casos raros, inclassificáveis da clínica psicanalítica (A conversa de Arcachon)*. São Paulo: Ágalma, 1998. Biblioteca Freudiana Brasileira.

MILLER, J-A; HENRY, F.; JOLIBOIS, M. *Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica: A conversa de Arcachon*, São Paulo: Ágalma, 1997. Biblioteca Freudiana Brasileira.

MILLER, Jacques-Alain; LAURENT, Éric. *O Outro que não existe e seus comitês de ética*. Seminário pronunciado em 20 de novembro de 1996.

MILNER, Jean-Claude. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NANCY, Jean-Luc; LACOUÉ-LA BARTHE, Philippe. *O título da letra*. São Paulo: Escuta, 1991.

NASIO, Juan David. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

POMMIER, Gérard. *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

RABINOVICH, Diana. *El concepto de objeto en la teoría psicoanalítica: sus incidencias en la dirección de la cura*. Buenos Aires: Manantial, 1986.

RABINOVICH, Diana. *Una clínica de la pulsión: las impulsiones*. Buenos Aires: Manantial, 1992.

RUDGE, Ana Maria. *Pulsão e linguagem: esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTIAGO, Jésus. *Fenômeno e estrutura nas toxicomanias: sobre o tratamento médico do mal-estar do desejo*. Texto de circulação interna no CETAD.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOLER, Colette. *Sobre a segregação. Kalimeros: o brilho da infelicidade*, 1998.

TOLIPAN, Elizabeth. *Os paradoxos do Gozo. Letra Freudiana*, ano 11, n. 10/11/12, p. 210-216, 2002.

VIDAL, Eduardo. *A construção do fantasma. 1,2,3,4. Revista da Letra Freudiana*, ano 12, n. 14, 1993.

Colofão

Formato	15 x 21 cm
Tipologia	Bookman Old Style, Holstein
Papel	Alta alvura 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	Bigraf
Tiragem	500 exemplares



1300 65-032-2366-9



9 786523 205669